





## Radarm do Protagonismo Juvenil





## **Ficha Técnica**

**Título:** “Radarm do Protagonismo Juvenil – formas, ideias e testemunhos de territórios juvenis inteligentes”

Editado no âmbito do projeto Radarm, suportado pelo Programa Erasmus + da União Europeia.

**Obra Coordenada por:** Abraão Costa, Patrícia Ribeiro e Sara Monteiro

**Autores Envolvidos:** Abraão Costa, Sara Monteiro, Patrícia Ribeiro, Ana Carolina Araújo, Ana Catarina Alves, Luciana Fernandes, Pedro Inocência, Davi Siqueira, Quéren Silva, João Sampaio, André Lima, Miguel Lemos, Sara Azevedo, Matilde Alves, Mariana Vilas Boas, Rosa Correia, Inês Matos, Ana Patrícia Carvalho

**Ilustrações de:** Rui Marques, Rafaela Silva, Mariana Araújo, Íris Silva, Anita Matos, Isabel Silva, Francisca Dinis, Joana Ferreira

### **Propriedade de:**

Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais

Plataforma de Ação Socioeducativa e Cultural

Rua Barão de Joane, 129, 2ºB, Edifício Sinções

4760-019 Vila Nova de Famalicão

Telefone – 00351 917 380 178

Sítio na internet – [www.pasec.pt](http://www.pasec.pt)

Email – [pasec.geral@gmail.com](mailto:pasec.geral@gmail.com) – [geral@pasec.pt](mailto:geral@pasec.pt)

**junho de 2020**

**Impressão na Oficina de São José de Braga**

**Depósito Legal nº**

## Índice

Parte I – Introdução ao RADAR .....	7
Territórios Youth Smart Cities – Critérios e Enquadramento .....	11
Espaços Radar – a Base Real do Protagonismo Juvenil .....	14
Parte II – Protagonismo Juvenil Inteligente .....	17
A participação dos jovens com deficiência.....	17
Realidade dos jovens oriundos de minorias e refugiados em Portugal.....	25
A participação dos jovens de territórios com baixa densidade populacional (meio rural e interior).....	33
Protagonismo Juvenil, um luxo do século XXI .....	39
Voluntariado Nacional e Internacional .....	45
Parte III – Histórias de Jovens Protagonistas.....	59
Davi Siqueira.....	59
Catarina Alves.....	63
Querén Silva .....	66
Parte IV – Poderes de um Jovem Protagonista .....	71
Compromisso.....	71
Intuição .....	73
Fusão com a Natureza.....	74
Comunhão .....	75
Autenticidade .....	76
Liderança .....	77
Aceitação da Finitude .....	79
Raízes.....	81
Eu Sou Os 4 Elementos.....	83
Inteligência Intuitiva .....	85
Criatividade .....	87
A Viagem .....	88



## Radarm do Protagonismo Juvenil

## Parte I – Introdução ao RADAR

O Projeto Radar - Cidades Jovens Inteligentes tem como objetivo central a criação da primeira Rede Transnacional de Territórios Youth Smart City (Cidades Jovens Inteligentes). Uma rede articulada de territórios que envolvem os jovens, nomeadamente os em especial risco de exclusão (ciganos, jovens com deficiências, minorias, refugiados, jovens NEET, entre outros), nos principais processos de decisão relativos às políticas de juventude que afetam diretamente a sua vida.



O Radar definiu como prioridades, o teste e implementação de metodologias inovadoras de participação social que permitam aos jovens com poucas oportunidades, reais possibilidades de participação, ação e decisão.

A metodologia base, a que denominamos de *Metodologia de Clãs*, é um método de educação não formal inovador capaz de gerar processos de capacitação e inclusão social de comunidades juvenis em especial risco de exclusão.

O ponto de partida do Radar teve início no diagnóstico da inexistência de uma política juvenil inteligente, efetiva e real, que envolva os jovens nas várias etapas de decisão, por parte dos municípios e localidades onde atuamos. As várias políticas setoriais (desde a saúde à educação) estão desfasadas entre elas e não estão articuladas, nomeadamente ao que aos jovens diz respeito.

Em todo o processo, os jovens não são envolvidos nem auscultados em nenhuma das fases até à tomada de decisão de políticas em que os jovens são, muitas vezes, os principais implicados. Esta situação acontece em todas as regiões em que o projeto foi uma realidade, o que de certa forma, é uma situação que acaba por implicar e agravar ainda mais, outras problemáticas já existentes no seio destes grupos, já de si vulneráveis.

O projeto, num trabalho articulado com as entidades parceiras, deu reposta a mais de 300 jovens que identificamos como vítimas de quatro problemáticas concretas, embora correlacionadas entre si.

Falamos do flagelo de jovens entre os 14 e os 19 anos que abandonaram ou estão fora do sistema de ensino e não frequentam qualquer ciclo de ensino, nomeadamente jovens de diferentes etnias (sobretudo ciganos), jovens refugiados e com deficiência; embora residual, jovens entre os 13 e os 16 anos vítimas de novos fenómenos de trabalho infantil (esta realidade aplica-se sobretudo às zonas suburbanas rurais); jovens entre os 18 e os 30 anos vítimas de desemprego juvenil; falta de hábitos de participação e de experimentação das dinâmicas de democracia participativa devido ao contexto em que estão inseridos.

Em Portugal o projeto chegou a cerca de 280 jovens entre os 14 e os 30 anos. Teve lugar na região do Vale do Ave (nas cidades de Famalicão, Guimarães, Fafe, Santo Tirso, Vila do Conde), em Braga e Paços de Ferreira, zonas prioritárias em que a PASEC, AFPAD e Teen Group intervêm, sobretudo em contexto de bairro social (Bairros Sociais das Bétulas, Cal e Lameiras em Famalicão, Gondar e Mataduços em Guimarães, subúrbios de Fafe, Vila do Conde e Santo Tirso).

No Luxemburgo, o projeto chegou a cerca de 30 jovens entre os 16 e os 30 anos. O principal grupo alvo foram jovens de descendência portuguesa entre os 16 e os 20 em situação NEET, que não estavam em formação, empregados ou no sistema de ensino, alguns inclusive não concluíram a escolaridade obrigatória. Um número residual



apresentava sérios problemas de delinqüência. Em todos estes contextos é comum a total ausência de hábitos de participação e de experimentação das dinâmicas de democracia participativa.



Globalmente, este projeto criou uma Rede de Youth Smart Cities que nos permitiu:

- Promover a participação juvenil na formulação das políticas de juventude de pelo menos 5 territórios em 2 países envolvendo mais de 300 jovens com menos oportunidades de forma direta;
- Combater o abandono escolar e os focos de desemprego juvenil especificados no diagnóstico, nomeadamente junto dos jovens oriundos de etnias, com deficiência ou vindos dos meios mais desfavorecidos, através de um processo pedagógico

participativo, onde cada jovem redesenhou o seu projeto de vida com base em objetivos de vida e metas realistas determinadas pelos mesmos;

- Combater os fenómenos de Trabalho Infantil;
- Promover as dinâmicas de Democracia Participativa como forma de promoção do protagonismo juvenil junto dos jovens em situação de risco através do nascimento de grupos informais de jovens e encaminhamento para associações juvenis que sirvam de resposta às necessidades e potencialidades dos jovens envolvidos;

- Desenvolver um conjunto de ações que capacitaram mais 150 jovens ao nível de novas soluções de formação profissional e permitiram a pelo menos 50 chegar a novas ofertas de emprego e autoemprego;
- Criar o estatuto Youth Smart City como forma de incentivar os municípios e territórios a envolverem os jovens na formulação das suas políticas de juventude;
- Fomentar um processo de educação não formal que assenta no compromisso para um crescimento mais inclusivo através dos Espaços Radar (explicados a seguir) e assim criar uma estrutura de suporte e apoio a dinâmicas e ações viradas para públicos juvenis de combate à pobreza e à marginalização;
- Promover a criatividade e empreendedorismo como forma de incentivar a integração e reintegração profissional e social dos jovens e, ao mesmo tempo, dar a conhecer a Europa e o Erasmus + como espaços geradores de novas oportunidades de inclusão, formação e emancipação;
- Desenvolver, testar e dar visibilidade a novas formas e métodos de educação não formal inclusivos inovadores.

Nesta obra, para além de uma apresentação da base metodológica do projeto, exploraremos a real definição do protagonismo juvenil relacionado e associado às problemáticas identificadas. Finalizaremos esta obra com histórias/testemunhos de jovens que encontraram o seu protagonismo através da adversidade e oportunidades geradas pelo projeto, que expressam as suas conquistas através da escrita.

A presente obra e projeto foram apoiados pelo programa Erasmus+, financiado pela União Europeia.

## Territórios Youth Smart Cities – Critérios e Enquadramento

O conceito de Youth Smart City assentou na premissa de que o grau de envolvimento dos jovens nos processos de decisão das políticas de juventude é diferente e ativo.

### Fundamentação

Centrando a problemática da participação no contexto juvenil é pertinente questionarmo-nos em que âmbitos e formatos enquadramos a participação juvenil. Ela é tão vasta e multiforme que, objetivamente, não lhe é aplicável qualquer tipo de fórmula universal. De qualquer modo, são vários os modelos enquadramentos que nos identificam os principais territórios de participação juvenil.

No projeto Radar, o júri que determinou o estatuto de Youth Smart City assentou a sua base de avaliação em quatro campos de participação juvenil concretos:

- a participação económica – relacionada com o emprego, trabalho em geral e com o desenvolvimento económico, através de intervenções dirigidas para a eliminação da pobreza, para a construção de uma situação económica mais estável em sociedade, numa região, para outros jovens ou grupos;
- a participação política – relacionada com as autoridades e governos, política pública, exercendo poder, a influência na distribuição de recursos a níveis diferentes;
- a participação social – relacionada com o envolvimento na vida de uma comunidade local, gerindo estruturas, coletividades e dinâmicas locais suscetíveis de promoverem processos de desenvolvimento local e social;
- a participação cultural – relacionada com as diferentes formas de arte e expressão (artes visuais, música, filme, dança, teatro, entre outras).

Esta avaliação foi feita tendo em conta como é que os jovens já são envolvidos ou ainda podem ser envolvidos tendo por base a Escada da Participação Juvenil de Roger

Hart. Para além de enquadrarmos as mais relevantes áreas de intervenção juvenil, importa perceber a que níveis participam os jovens, o seu nível de envolvimento e responsabilidade. Ao mesmo tempo, é importante ter presente que nem todos os jovens têm as mesmas oportunidades de participação, encarando esta a partir do conceito de que a participação é “a intervenção na tomada de decisões”, sendo muitas vezes meros instrumentos em projetos sobre os quais não têm qualquer poder de decisão ou então são utilizados como mero fator decorativo.

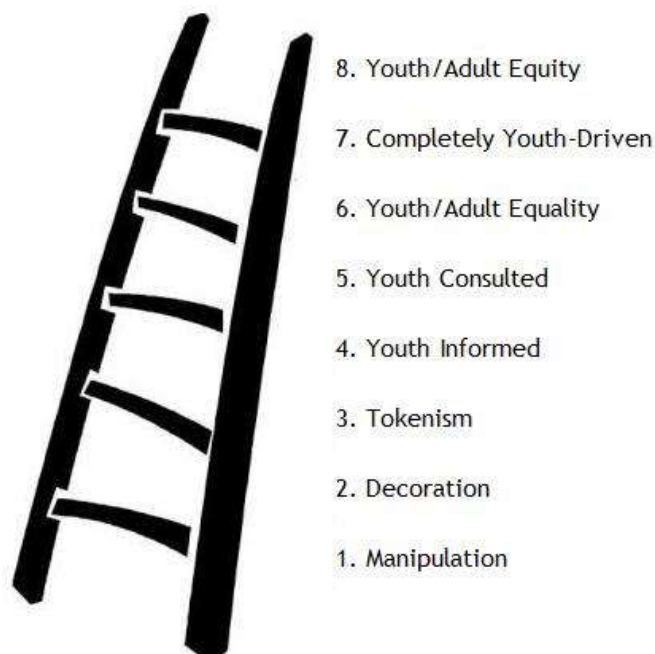
Roger Hart propôs uma escala que tenta retratar os diferentes níveis de participação, mas esta adaptada à realidade juvenil e que utilizaremos na nossa avaliação. Esta escala, sob a forma de escada, ilustra os diferentes graus de envolvimento de crianças e populações juvenis nos projetos, organizações ou comunidades.

Roger Hart define oito graus do envolvimento juvenil, cada um dos graus correspondente a um degrau de uma escada de mão, sendo que os três primeiros, Hart identificou-os como os níveis de Não Participação:

- O 1º Degrau corresponde aos jovens manipulados: os jovens são convidados a participar numa determinada ação ou projeto, sem que tenham qualquer tipo de influência nas decisões e nos seus resultados. De facto, a sua presença é usada no sentido de

serem atingidos outros objetivos como a vitória numa eleição de carácter local, a tentativa de estabelecer uma impressão positiva relativamente a uma determinada

### Ladder of Youth Voice



*Adapted by Adam Fletcher (2011) from work by Roger Hart, et al. (1994)*

instituição ou então como forma de angariar fundos para instituições que, supostamente, suportam a causa juvenil;

- O 2º Degrau corresponde aos jovens utilizados como meros “agentes decorativos”: os jovens surgem como o público essencial ao projeto ou ação. De qualquer forma, o seu papel é apenas presencial, sem qualquer peso significativo no capítulo das decisões. E (como acontece com qualquer decoração), são expostos numa posição visível no seio de um determinado projeto ou organização, para que possam ser facilmente identificados por terceiros;

- O 3º Degrau corresponde à atribuição a alguns jovens de determinados lugares chave com o intuito de criar a ilusão de uma real participação juvenil: são atribuídos aos jovens alguns papéis dentro da estrutura de um determinado projeto ou organização, sem que eles tenham qualquer influência em questões decisórias. A ilusão é criada (intencional ou involuntariamente) de que os jovens participam, quando de facto eles não têm nenhum poder de decisão sobre o que eles fazem e como;

- O 4º Degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens são convidados e informados, de modo a potenciar a sua participação em determinadas ações: os projetos são iniciados e dirigidos por adultos, os jovens são convidados a empreender alguns papéis ou tarefas específicas no seio da estrutura orgânica do projeto, sendo que os jovens estão conscientes da sua verdadeira influência no projeto;

- O 5º degrau corresponde ao envolvimento em ações em que os jovens são consultados e informados sobre as mesmas: mais uma vez, os projetos são iniciados e dirigidos por adultos, mas os jovens têm a oportunidade de aconselhar e sugerir a partir dos seus pontos de vista, influenciando as decisões dos mesmos, sendo que são devidamente informados acerca das mesmas;

- O 6º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens são convidados a partilhar o mesmo grau de decisão em ações iniciadas por adultos: os adultos iniciam

os projetos, mas os jovens são convidados a partilhar o poder de tomada de decisão e as responsabilidades como parceiros;

- O 7º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens conduzem e iniciam os projetos ou ações: os projetos e dinâmicas são iniciadas e dirigidas pelos jovens. Os adultos podem ser convidados a intervir como suporte às atividades, mas a continuidade e prosseguimento do projeto não depende do seu contributo;

- O 8º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que jovens e adultos partilham o mesmo grau de decisão e protagonismo: os projetos e dinâmicas são iniciadas pelos jovens que convidam os adultos a tomar parte nos processos de tomada de decisão como parceiros.

Hart não só enquadra as situações de total ausência de envolvimento juvenil nos processos de tomada de decisão como nos sugere os níveis em que o jovem se assume como verdadeiro protagonista, sendo ele próprio o ator e promotor do seu próprio processo de desenvolvimento e intervenção social.

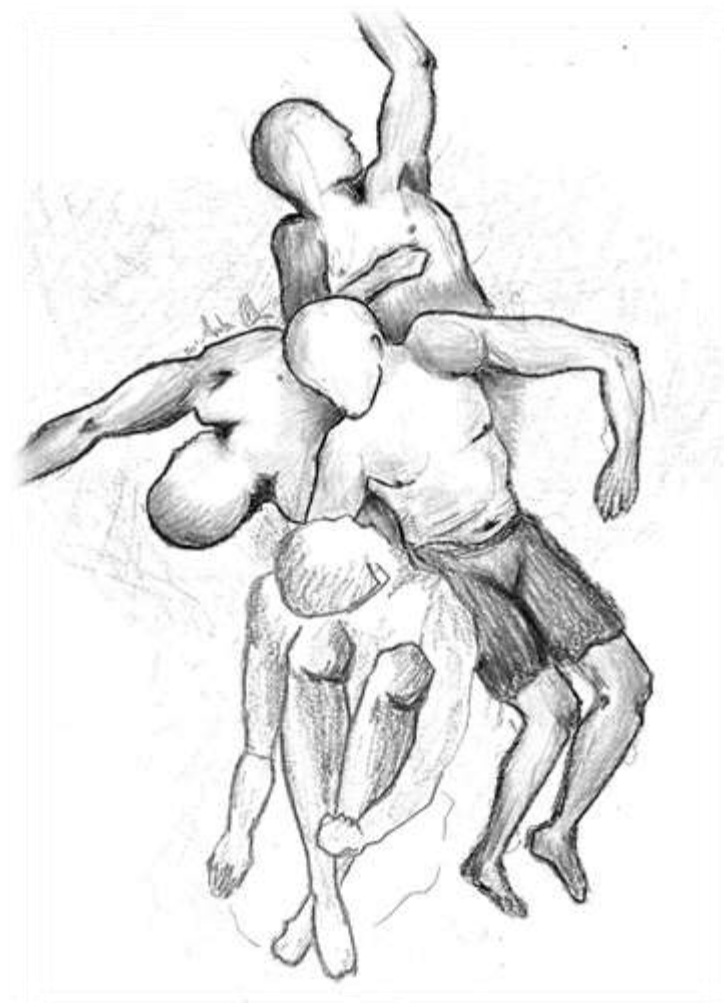
### **Espaços Radar – A Base Real do Protagonismo Juvenil**

A estratégia central do nosso projeto passou pela criação da Rede de Youth Smart Cities- YSC, que teve por base o trabalho da Rede Radar, composta pelos Espaços Radar, onde cada um dos jovens foi convidado ao longo do processo a redesenhar o seu próprio projeto de vida, de forma sustentada, com base nas suas competências base, definindo ele próprio os objetivos que pretendia alcançar até ao fim do projeto.

A ideia central passou pela criação de cidades mais inteligentes na capacitação e envolvimento dos jovens em que estes são parte ativa da solução e do seu processo de desenvolvimento psicossocial, independentemente do meio de onde vêm e dos problemas que têm.

Dentro da cidade, como espaços vivos de promoção da participação juvenil, nasceram os Espaços Radar.

A base de funcionamento de cada Espaço Radar foi o *Método de Clãs*. A cada jovem que integrou o Espaço Radar foi atribuído um Mestre (um animador ou técnico mais experiente), sendo cada um destes jovens considerado um Aprendiz. Este trabalho continua ainda hoje.



Todos os aprendizes fazem parte de um Clã. Os clãs são os grupos de jovens que frequentam o Espaço Radar. O objetivo dos Aprendizes é que atinjam o estatuto de Mestres e para isso, conforme a sua evolução no processo (de grau em grau) o mestre avalia se o Aprendiz está preparado para adquirir esse estatuto. O jovem que atinge o estatuto de Mestre está preparado para aceitar e acompanhar, também ele, novos aprendizes como haviam feito com ele inicialmente. Os estatutos de forma crescente são: Aprendiz, Mestre Aprendiz em Iniciação, Mestre Aprendiz e por fim Mestre.

Tendo em conta o elevado número de jovens envolvidos, dentro de cada espaço Radar nasceram várias famílias que compuseram o Clã como um todo. A cada família correspondeu um jovem líder eleito pela sua família (aquele que o grupo/família





## Radar do Protagonismo Juvenil

considerar demonstrar mais potencial para ser o primeiro Mestre Aprendiz em Iniciação) que integrou o Conselho de Clãs, que integra todos os Clãs.



## **Parte II – Protagonismo Juvenil Inteligente**

### **A participação dos jovens com deficiência**

*Sara Monteiro*

*Técnica Superior de Educação*

#### **Resumo**

A efetivação da participação dos cidadãos com deficiência é um tema que tem vindo a ganhar relevância nos últimos tempos. A evolução social e tecnológica que se faz sentir traz novos desafios no que toca à inclusão assim, os métodos, técnicas e estratégias devem acompanhar esse processo de evolução. O modelo de escola atual, tem que estar em constante evolução para dar resposta a este tópico. Neste sentido este artigo vem fazer referência ao atual retrato social da participação dos jovens com deficiência e de que forma esta pode ser efetivada e quem pode contribuir para esta efetivação.

#### **Abstract**

The effective participation of young people with disabilities is a relevant theme that is up to discussion in recent times. The Social and technological evolution that we live in present times brings new challenges to inclusion and as so, methods, techniques e strategies must keep up with this process. The present school model must be in constant evolution to be able to respond to the present needs. In this sense, this article gives reference to the current social portrait of young people with disabilities participation and how and who can contribute to this effectiveness.

**Palavras chave:** *participação, deficiência, inclusão, protagonismo.*

## **Introdução**

São vários os debates em torno da igualdade social vs diferença natural que se têm realizado ao longo das últimas décadas por diversas organizações internacionais que visam o compromisso com a efetivação da igualdade de oportunidades a todos os níveis, sendo que ao nível da deficiência se têm denotado alguns progressos a fim de que estes possam exercer os mesmos direitos e deveres. Mas mais do que a efetivação da igualdade é necessário compreender de que forma podemos realmente efetivar a participação dos jovens com deficiência nos seus grupos e contextos.

De acordo com Ander Egg citado por Abraão Costa (2008, p.72) participar é *“quando se realiza uma ação pessoal e original, que responde às exigências da própria consciência e expressa as próprias convicções. São várias as formas de participação (...), mas todas elas têm em comum a asseveração de que as pessoas tenham a possibilidade efetiva de tomar decisões em todos aqueles assuntos que lhes afetam ou concernem, quer seja como indivíduos, como grupos, (...)”*. Assim, entendemos por participação a oportunidade de o indivíduo praticar o seu poder de reflexão e tomada de decisão acerca de um assunto que o afeta diretamente ou no sentido da persecução de fins comuns.

### **1. Mas como efetivar a participação ativa de jovens com deficiência quando tendenciosamente a sociedade decide isolar aqueles que são considerados não produtivos?**

Primeiramente é fundamental dirigir a nossa atenção para as potencialidades e não apenas para as incapacidades. Garcia (1997/1998, p.275) afirma que *“estas pessoas precisam de conseguir o grau mais elevado possível de independência, alcançado pelos seus próprios esforços, interesses e vontade, (...), precisam de se sentir próximas*

*e comunicar com os outros, mas também necessitam de se sentir úteis e socialmente integradas". É verdade que ao longo dos últimos anos a reformulação das políticas educativas ao nível das Necessidades Educativas Especiais, tem vindo a proporcionar*



dentro do contexto escolar uma maior integração e envolvimento do jovem com deficiência, assim como uma adoção de novos modelos de intervenção e novas competências por parte dos professores que os acompanham de forma a possibilitar uma melhor resposta adequada aos seus perfis.

Também ao nível das políticas públicas a qualificação e emprego de pessoas com deficiência tem sido melhorada por parte do Governo, desde dotar as pessoas com

deficiência ou incapacidade de conhecimento e competências necessárias à obtenção de uma qualificação profissional aos benefícios empresariais de contratar uma pessoa com deficiência, ainda que insuficientes. Estas medidas são, sem dúvida, um contributo para a inclusão social e participação ativa deste grupo de cidadãos, mas estas não serão bem-sucedidas se a inclusão não se verificar desde logo nos restantes contextos da sociedade.

É neste sentido que entendemos que a importância desta temática recai sobretudo sobre o conceito de participação ativa. Desde logo, a escola assume uma responsabilidade acrescida quer no diagnóstico das necessidades educativas quer nas aprendizagens daqueles que são os conceitos básicos e saberes indispensáveis ao desenvolvimento do indivíduo, mas também sobre aquelas que são as competências sociais necessárias à vivência em sociedade. De acordo com Helena Fernandes (2002, p.70) *“a concretização atual da educação especial em Portugal, processasse de formas muito díspares”*, apresentando uma evolução desde a integração escolar centrada na colocação dos alunos dentro da sala de aula ou até numa Escola Especial, à integração escolar centrada em projetos de intervenção sectorial, isto é, *“uma atenção especial ao constituir processos de planificação e programação educativa, tendentes à individualização e ou adaptação de programas adequados às necessidades especiais de algum aluno”* (Fernandes, 2002, p. 74).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, de facto podemos observar a autonomia e valorização que é dada às escolas na compreensão e adaptação do processo de inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas. Prevê-se *“a necessidade de cada escola reconhecer a mais valia da diversidade dos seus alunos, encontrando novas formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa”*; procurando através da definição das linhas de atuação para a inclusão dar corpo à criação de uma cultura de escola *“onde todos encontrem oportunidades para*

*aprender e condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno”.*

Mas não nos devemos apenas focar nas medidas de atuação para a inclusão como uma série de documentos orientadores das práticas educativas em prol das crianças e jovens com necessidades especiais. É impreterível procurar educar toda a comunidade escolar para a diferença e é extremamente necessário educar para os valores da solidariedade, da partilha, da aceitação, da tolerância, da ajuda, da autonomia, do respeito pelo outro. É urgente praticarmos a educação do *saber ser e saber estar*, pois o *saber fazer* é a palavra de ordem da atualidade. Vivemos atualmente uma educação cada vez mais promotora de valores como a competitividade e empreendedorismo, quase como um mercado dos alunos mais bem-sucedidos academicamente e posteriormente mais bem-sucedidos profissionalmente e financeiramente, que pela lógica *tendenciosamente decide isolar aqueles que não são produtivos*. Mas, embora o meu retrato educativo pareça obscuro, há obviamente exemplos positivos daquele que é o trabalho das *Escolas Educadoras*. A propósito, reconhecer o valor daquele que é um dos Programas Educativos do Município de Famalicão, o Programa Acompanhar, que pretende medir o nível de sucesso escolar através da participação ativa dos jovens nas escolas, procurando compreender a importância da Educação Não Formal nas escolas e como esta, através de diferentes clubes em horário não letivo, ou em intervenções em contexto letivo, podem potenciar a participação ativa do jovem na sua comunidade escolar e na sua comunidade em geral (detalhes em [famaliacoeducativo.pt](http://famaliacoeducativo.pt)).

Mas voltando ao tema em foco, é também importante referir que após a saída da escolaridade obrigatória, estes jovens com deficiência voltam a encontrar uma nova barreira – a entrada no mercado de trabalho. De realçar que o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2018”, divulgado em meados de dezembro do ano de 2018, demonstra que existiam 12911 pessoas com deficiência inscritas nos centros de emprego, mas apenas 11% obtiveram um emprego.

Também de realçar, é a legislação publicada a 10 de janeiro de 2019, que coloca em tom de obrigação a contratação de pessoas com deficiência. Ainda que esta seja uma medida com benefícios para as empresas e de apoio ao emprego, o tom impositivo com que é colocada afasta-se daquele que é o conceito de inclusão, dando lugar à obrigação de cumprir uma regra para não sofrer a sanção prevista na lei.

Assim, voltamos aquele que foi o repto inicial, é necessário dirigir a nossa atenção para as potencialidades e não apenas para as incapacidades, procurar partir daquilo que são as atividades socialmente úteis, as aprendizagens básicas, as tarefas que o jovem sabe e pode colocar em prática. Mas também quem irá ajudar estes jovens a colocar em prática este processo quando estes terminam os seus ciclos de estudo?

## **2. Quem pode contribuir para efetivar a participação dos jovens com deficiência?**

Primeiramente, como já foi referido no tópico anterior, além dos encarregados de educação, a atenção recai sobre as escolas e na forma como estas podem capacitar estes jovens e a sua inclusão. Os Centros de Apoio à Aprendizagem são estruturas dinâmicas que agregam os recursos materiais e humanos, direcionando para a inclusão os saberes e competências existentes na escola, valorizando os saberes e experiências de todos. Estes possuem como objetivo integrar as crianças e jovens nas rotinas e atividades da escola, através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo, promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à sua integração pós-escolar assim como apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma. A Família e a Escola são as principais ferramentas no que toca à educação daquelas que são as aprendizagens básicas para o desenvolvimento da autonomia, integração e protagonismo do jovem com deficiência.

Após a saída escolar, cabe às instituições, associações, ou outras entidades participar ativamente neste processo. Aqui é importante focar a importância do desenvolvimento



das atividades socialmente úteis, contribuindo sempre que possível para a autonomia e integração Socioprofissional do jovem. É também relevante caminhar no sentido de reconhecer que a participação não se resume apenas ao desenvolvimento da atividade, mas também à valorização da capacidade do ser humano, à gestão da autonomia e dependência.

As parcerias entre instituições sociais e empresas são também uma das estratégias recorrentes para a integração no mercado profissional. Estas devem ser privilegiadas no sentido de promover o desenvolvimento em contexto real de competências técnicas, sociais e pessoais. Cabe a estas instituições procurar dar continuidade ao processo de aprendizagem de competências socialmente úteis e potenciar o desenvolvimento do ser humano ativo, autónomo, integrado na sociedade através de atividades que permitam o envolvimento deste nos seus grupos e na sua comunidade. Também sempre que possível, cabe a estas associações, instituições, entre outros, procurarem ser ponte na efetivação daqueles que são os direitos do cidadão com deficiência, desde o direito à habitação, ao emprego, à saúde, à participação cívica, acessibilidade e segurança.

É através da criação de redes de parcerias, do desenvolvimento de projetos nacionais e internacionais, da dinamização da própria instituição que podemos assistir a um maior investimento por parte destas no que toca à participação e ao protagonismo destes jovens. Quando falamos em participação e protagonismo, referimo-nos à oportunidade de o jovem se fazer ouvir, ter voz sobre as suas decisões, procurar ver os seus objetivos e projetos pessoais e profissionais em prática, e sempre que possível, mediante a sua condição, estes devem ser prioritários.

Finalmente é ainda mais prioritário procurar proporcionar qualidade de vida – a integração social passa pelo envolvimento dos cidadãos nas mais diversas atividades sociais, que lhe permitam estar bio-psico e socialmente ativo.

## Bibliografia consultada

Decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho. *Diário da República* nº129 – I Série. Lisboa: Ministério da Educação

COSTA, Abraão (2008). *Animação Sociocultural e Protagonismo Juvenil*. Vila Nova de Famalicão

CRUZ, Susana (2006). *Educação, igualdade de oportunidades e inclusão na escola, na profissão e na sociedade democrática: uma pesquisa sociológica centrada na experiência escolar e profissional de um grupo de adultos com surdez*. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.

FERNANDES, Helena (2002). *Educação Especial – Integração das crianças e adaptação das estruturas de Educação – Estudo de um Caso*. APPACDM Distrital de Braga, Braga.

GARCIA, Maria (1997/1998). *Animação Sociocultural, Conflito Social e Marginalização*. In Jaume Trilla (coord.) (1997/1998). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 265 – 277). Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa.

SÁ, Patrícia (2018). *Dar sentido à vida: Promoção da qualidade de vida de cidadãos adultos com deficiência(s)*. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.





### **Realidade dos jovens oriundos de minorias e refugiados em Portugal**

*Sara Monteiro*

*Técnica Superior de Educação*

#### **Resumo**

O presente artigo desenvolve uma breve análise ao trabalho realizado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Governo na construção de políticas públicas, estratégias e planos de intervenção junto das comunidades ciganas e de refugiados em Portugal, assim como reflete a realidade observada junto destas comunidades. Esta reflexão é feita no sentido de relembrar a importância do diálogo e estruturação de parcerias entre os órgãos locais no desenvolvimento de planos e estratégias de intervenção para a promoção da integração social.

#### **Abstract**

The present work develops a brief analysis about the work that has been done by the High Commission for Migrations, High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue and Government for the development of Public Policies, strategies and intervention plans together with Roma people and Refugees in Portuguese Communities. Also, we remember the importance of the dialogue and partnerships between local institutions in the development of intervention plans and strategies for promoting social integration.

**Palavras chave:** *Refugiados, Comunidades Ciganas, Integração, Políticas Públicas.*

### **Realidades dos jovens oriundos de minorias e refugiados em Portugal**

É em maio de 2015 que o Governo Português anuncia a disponibilidade para o acolhimento de um total de 10.000 refugiados através de mecanismos de recolocação ou acordos bilaterais, tendo acolhido um total de 1532 refugiados até ao ano de 2018 (Comissão Europeia, 2018, anexo 4).

Cabe ao ACM monitorizar os mecanismos estabelecidos para a integração dos indivíduos, nomeadamente o plano estabelecido pelo Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações, denominado de Plano Nacional para o Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas Recolocadas.

Deste amplo programa constava um completo cardápio de apoios, desde o acesso à saúde, emprego, formação, educação, legalização entre outros e de acordo com o Relatório de Avaliação deste plano realizado a dezembro de 2017, observam-se resultados positivos no que toca à maioria dos pontos referidos acima.

De acordo com o estudo realizado “O Acolhimento de Refugiados recolocados em Portugal: a intervenção das Instituições Locais” (2019) denotamos que a maioria das instituições parceiras nos programas de integração de refugiados, são instituições que revelavam pouca ou nenhuma experiência com migrantes forçados. Positivamente revela-se o envolvimento social para a mobilização de respostas que contribuam para a integração destes indivíduos, nomeadamente a PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados, que junta 350 organizações que acolheram e se encontram a acolher famílias (Costa, Sousa, Bäckström, Magano & Albuquerque, 2019).

De certa forma, esta conjuntura influenciou o Governo a desenhar e desenvolver planos e programas capazes de dar resposta a esta problemática, como os referidos no início deste artigo, assegurando a concretização de condições mínimas para o

acolhimento destes indivíduos como: “*acesso a alojamento; alimentação e vestuário; apoio à integração laboral; acesso à educação; acesso à saúde; apoio à aprendizagem do português; acesso a formação e validação de habilitações/competências.*”(Costa, Paulo, et all, 2019).

As instituições apresentam como maiores dificuldades a aprendizagem da língua portuguesa, o acesso ao emprego e a obtenção de documentação tal como certificados, e conclui este estudo que neste sentido deve ser prestada uma maior atenção aos moldes dos processos de integração de refugiados em Portugal, no sentido de proporcionar uma melhor resposta a esta população.

É também em 2015 que surge o PEM – Plano Estratégico para as Migrações, um instrumento de política pública que pretende adaptar as políticas migratórias e de integração às mais recentes necessidades e realidades migratórias.

Apresenta cinco eixos prioritários:

- Políticas de integração de imigrantes;
- Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais;
- Políticas de coordenação dos fluxos migratórios;
- Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios;
- Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais.

Também a cargo do ACM, é em 2013 que surge o primeiro plano nacional para a integração das Comunidades Ciganas, a Estratégia Nacional, articulando “*as políticas públicas existentes, mas dispersas, que visam corrigir problemas e desigualdades sociais, com medidas específicas e com a promoção de um estudo nacional que (...) dê a conhecer as reais necessidades das comunidades ciganas portuguesas*” (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas [ENICC], 2013).

Nesta estratégia são apresentadas 40 prioridades de intervenção nos eixos de Educação, Habitação, Emprego e Formação, Saúde e Transversal (Discriminação, Educação para a Cidadania, História e Cultura Ciganas, Igualdade de Género, Justiça e Segurança, Mediação, Segurança Social) mas é em 2018 que o Governo aprova a revisão desta Estratégia que revelou a necessidade de alterações, quer na sua definição quer na clarificação e operacionalização das medidas, assim como na determinação das áreas prioritárias de intervenção. Assumindo-se assim como prioridades “*o reforço da escolarização e da integração profissional e a melhoria das condições de habitação das pessoas ciganas em situação de exclusão social, bem como o reconhecimento e o reforço da intervenção em mediação intercultural, a melhoria da informação e do conhecimento e o combate à discriminação contra as pessoas ciganas.*” (Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29), alargando a vigência desta Estratégia para 2022.

O ENNIC apresenta então, os seguintes princípios orientadores:

- interculturalidade;
- não discriminação;
- cooperação e participação;
- territorialização;
- igualdade entre homens e mulheres;

Define como prioridades:

- O reforço da escolarização;
- O reforço da integração profissional;
- As melhorias das condições de habitação;
- O reconhecimento e reforço da intervenção em mediação intercultural;
- A melhoria da informação e do conhecimento, o combate à discriminação;
- O reforço da temática na agenda política e pública;
- A concertação dos diferentes setores, destacando o papel central das políticas locais.

A nível global prevê 8 Objetivos Estratégicos, 19 Objetivos Específicos, 38 Medidas, 148 Indicadores, 385 Metas Anuais, definindo, igualmente quais as entidades responsáveis e envolvidas para a sua concretização.

De acordo com os relatórios realizados a 2018, ambos os Planos Estratégicos obtiveram taxas positivas no que toca à execução das seguintes metas previstas:

- OE 1 – Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
- OE 2 – Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.
- OE 3 – Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Neste sentido é de relevar todo o trabalho realizado pelo Governo, ACM e entidades parceiras ao longo dos últimos anos para se estabelecerem consórcios, parcerias, planos e programas destinados a colocar em real prática as políticas estabelecidas para estas temáticas. Ainda assim, quando observamos a realidade vivida dentro das nossas comunidades, há ainda muito trabalho a realizar a nível local.

Observamos que estas comunidades apresentam ainda grandes problemáticas de cariz socioeconómico e socioeducativo, denotando-se os fenómenos de exclusão, bolsas de pobreza, iliteracia e delinquência juvenil. Embora se registre uma evolução positiva nos últimos anos, estas comunidades ainda vivem em regime de *gueto*, regendo-se por regras próprias e fechando-se a estranhos. Sobressai, antes de tudo, a falta de uma estrutura social que represente estas comunidades. Apenas os técnicos que intervêm junto destes públicos representam e defendem os seus interesses, embora com recursos muito poucos.

A falta de representatividade real, e a falta de um grupo/associação que acautele as problemáticas destes grupos-alvo cria um sentimento de afastamento do restante

tecido social, ao mesmo tempo que perpetua um ciclo vicioso de desresponsabilização das próprias comunidades relativamente aos seus direitos e deveres cívicos.

Para além de falta de incentivo dentro das suas comunidades para continuarem os seus estudos, os jovens encontram-se “presos” num sistema assistencialista onde as soluções educativas onde se inserem não são adequadas às suas necessidades, nem às suas potencialidades. Fruto da sua situação social, são as próprias famílias os maiores agentes de desvalorização da importância da Educação e Participação Social.



A principal fonte de rendimento destas famílias consiste em Rendimentos Sociais. Os níveis de desemprego, incluindo o juvenil, ultrapassam largamente todas as médias nacionais, perpetuando a falta de oportunidades destes jovens, que, recorrem, inclusive, ao pequeno crime como solução. Os casos assinalados vão desde a violência dentro da escola, furtos e tráfico e consumo de substâncias. Muitos destes casos acabam na Comissão de Proteção e Crianças e Jovens, que reconhecem estes polos habitacionais como foco de crime e delinquência juvenil.

A cultura cigana ocupa um lugar fulcral na vida destas comunidades, e a sua matriz identitária tem que ser tida em conta neste diagnóstico. Casos de gravidez precoce, de abandono escolar para casar ou ingressar em trabalhos de baixa qualificação são histórias comuns.

Neste sentido o Programa Escolhas, ocupa um lugar de extrema relevância na perpetuação de condições para o desenvolvimento do contínuo trabalho para a integração das minorias.

Fomentar a integração é uma prioridade de nível global. Podem e devem ser chamados à responsabilidade todas as entidades e órgãos locais e nacionais, pois só fomentando o trabalho em parceria poderemos dar resposta aos problemas sociais que continuamente nos deparamos. É através do trabalho em parceria que podemos observar a realização dos objetivos para um país inclusivo, integrador e respeitador das diferenças; é necessário aprender, compreender e educar cada vez mais para a diferença para que possamos diminuir os níveis de exclusão e segregação que observamos. Neste sentido cabe aos órgãos locais estabelecerem parcerias mais concretas com o tecido social, educativo e associativo para a concretização das políticas públicas nesta temática.

### **Bibliografia consultada**

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (2013) *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*

Alto Comissariado para as Migrações, I.P (2017) *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas – Programa de Recolocação*

Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2018) *Relatório de Atividades 2018*

COSTA, Paulo; SOUSA, Lúcio; Bäckström, Bárbara; Magano, Olga & Albuquerque, Rosana. (2019) O Acolhimento de Refugiados recolocados em Portugal – A intervenção das Instituições Locais. Em: *Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação.*





## Radar do Protagonismo Juvenil

Universidade do Minho, Braga, 26 e 27 de Abril de 2019, CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, Braga. pp. 113-133.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018. *Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29.* Presidência do Conselho de Ministros



## **A participação dos jovens de territórios com baixa densidade populacional (meio rural e interior)**

*Sara Monteiro*

*Técnica Superior de Educação*

### **Resumo**

A participação dos jovens em territórios com baixa densidade populacional revela-se como uma necessidade cada vez mais urgente para dar resposta aos fenómenos de desertificação. Neste artigo damos realce ao papel da Animação Sociocultural na construção e desenvolvimento de projetos de Desenvolvimento Local junto das comunidades,

### **Abstract**

The participation of youngsters in rural areas with low population density has become a need in order to respond to the desertification phenomena. In this article we highlight the role of Social Work in the building and development of Local Development Projects together with the communities.

**Palavras chave:** *Participação, Escola, Desenvolvimento Local, Animação Sociocultural*

### **A participação dos jovens de territórios de baixa densidade**

As zonas de baixa densidade populacional revelam o impacto das transformações e do crescimento económico, resultando em duas direções opostas “*ou foram reajustadas e integradas no sistema dominante ou deixadas à margem e gradualmente esvaziadas dos seus principais recursos e capacidades. Numa palavra: assimilação ou extinção.*” (Melo, 1991). O futuro das zonas rurais enfrenta grandes desafios de natureza pessoal, social, económica, cultural e ecológica, não revelando grandes capacidades para a sua sobrevivência e desenvolvimento, desde as perdas demográficas, à agricultura tradicional, baixos investimentos de capital, ausência de espírito empresarial e relativo autoisolamento.

O futuro e sobrevivência destas zonas rurais passa desde há muito tempo, pela criação e desenvolvimento de projetos que promovam comunidades ativas, participativas e sustentáveis, sendo desta forma crucial falar em Animação Sociocultural (ASC). Esta participação é vista como “*a efetivação do direito das pessoas e comunidades a terem uma palavra substancial e real nas decisões respeitantes às suas vidas*” (Cristóvão; Miranda, 2006) e requer responsabilidade daqueles que são os animadores e agentes do desenvolvimento comunitário. A ASC é um instrumento para motivar e exercer a participação dos seus intervenientes, um processo de diálogo entre “*os órgãos administrativos, os técnicos e a população, movimentos sociais, partidos políticos, plataformas e redes interassociativas*” (Garcia, 2004). Esta é assim entendida como a base de uma placa giratória capaz de promover o desenvolvimento da população e dos territórios locais, que deve ser vista como um projeto a longo prazo capaz de promover redes de parcerias e processos autossustentáveis. As associações locais obtêm aqui um papel de significativa importância, pois é a partir destas que a rede de parcerias ganha terreno para o desenvolvimento de projetos que envolvam toda a comunidade. É exatamente através destas que o animador deve partir, pois estas são o rosto cultural do território e a partir do qual o animador consegue iniciar o processo de mobilização de participantes.

Um dos problemas mais relevantes destes territórios é não só a baixa densidade populacional como o envelhecimento da mesma. ***Mas como trazer à participação e ao desenvolvimento local a participação dos jovens quando esta população é escassa?***

Primeiramente aproveito este artigo para fazer uma breve crítica às políticas implementadas pelos nossos anteriores governos, que proporcionaram a desertificação destas zonas rurais, aquando do fecho das escolas com pouca densidade infantil e juvenil. Hoje temos presente o grande impacto destas políticas, observando os fenómenos de desertificação, de pobreza, acesso limitado a infraestruturas, acesso limitado ao conhecimento, até o acesso limitado à própria mobilização da população e, a meu entender, o mais grave de todos, a massificação populacional nas escolas dos centros urbanos. Conseguimos permitir, a olhos vistos, o afastamento e a exclusão da população e o não usufruto dos mesmos naquilo que são os seus direitos básicos e universais, por detrás de um discurso futurista de evolução e acessibilidade de todos. E agora, procuramos através das mais diversificadas ferramentas, instrumentos e até políticas, desvanecer o erro cometido, como uma prioridade de intervenção na nossa sociedade. Obviamente que todo este caminho percorrido é uma aprendizagem e felizmente conseguimos aprender a apreender, construir a reconstruir.



Voltando ao tópico principal deste artigo, cabe à ASC e aos seus agentes serem a principal resposta de intervenção nestes contextos. É através das organizações locais, associações locais, desde os grupos de jovens, às Casas do Povo, aos centros de animação infantil, às Juntas de Freguesia entre outros, que se devem pensar e estruturar os Projetos de Desenvolvimento Local. Os CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) detêm aqui um papel de extrema importância, capazes de identificar e distribuir recursos financeiros, humanos e estruturais para o desenvolvimento de processos de animação comunitária e desenvolvimento local.

É abrindo portas à participação real da população na tomada de decisão, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros, daquele que é o seu contexto, que podemos começar a desenvolver os Projetos de Desenvolvimento Local.

É neste sentido que as escolas ganham relevo no que toca à sua participação e envolvimento comunitário. O contexto em que estas estão inseridas é sem dúvida um ótimo exercício de cidadania e participação, podendo através dos seus projetos escolares provocar e suscitar a motivação necessária para o desenvolvimento local, através de atividades, projetos de curto prazo, projetos culturais e artísticos, projetos ecológicos e mais importante ainda é através da escola que podemos educar para os valores da iniciativa, responsabilidade, responsabilidade social, participação ativa, criatividade e empreendedorismo. Isto, se existir uma escola, é claro. Caso não exista, a responsabilidade deve cair sobre os órgãos representantes da administração local e municipal, utilizando como instrumento de política social de proximidade os CLDS.

Para finalizar, uma questão que me preocupa é o pouco ou inexistente conhecimento por parte da população destas organizações e instrumentos. Assim parece-me pertinente realçar a importância das equipas de ação social que devem sinalizar e proporcionar a ação da ASC nestes contextos, através dos seus diagnósticos e referências junto dos órgãos competentes.



### **Bibliografia consultada**

CRISTÓVÃO, Artur., & MIRANDA, Raquel. (2006). Animação Sociocultural e Participação.. In PERES, Américo., & LOPES, Marcelino (coord.) *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 34-47). APAP

MELO, Alberto. (1991). Educação e Formação para o Desenvolvimento Rural. In: LIMA, Licínio (org.). *Educação de Adultos – FÓRUM I*. Universidade do Minho, Braga.

TRILLA, Jaume (coord.). (2004) *Animación sociocultural – Teorías, programas y ámbitos*. Editoria Ariel. Barcelona



## Radarm do Protagonismo Juvenil

### **Protagonismo Juvenil, um luxo do século XXI**

*Mariana Vilas Boas*

*Animadora Cultural – Dinamizadora da Companhia de Escrita Criativa OUT*

Apresentar uma ideia sobre Protagonismo Juvenil, tendo em consideração que vivemos numa sociedade em constante transformação, com uma voz cada vez mais forte, reivindicativa e díspar, torna-se complicado. Reunir consensos sobre o mesmo assunto é improvável.

Mas ainda assim tentamos. Centramo-nos em recolher opiniões na faixa etária juvenil e procuramos perceber qual a dimensão da sua voz dentro daquela que é, na atualidade, a sua participação cívica. Focamo-nos no conceito de protagonismo juvenil e, através de um método qualitativo de recolha de dados, o *focus group*, procedemos a uma recolha de opiniões acerca deste mesmo conceito. Após essa recolha analisamos os dados e opiniões e formulamos as principais conclusões desta investigação.

O nosso conceito de *focus group* para esta reflexão foi baseado na definição apresentada por Morgan (1996) que o caracteriza como uma técnica de investigação de recolha de dados através da interação grupal acerca de um determinado tópico sugerido pelo investigador. Sendo que esta definição possui três componentes essenciais. Primeiro, os *focus group* são um método de pesquisa focado na recolha de dados. Segundo, identifica a interação numa discussão de grupo assim como a fonte dos dados. Em terceiro, reconhece o papel ativo do investigador na dinamização da discussão do grupo para a recolha dos dados.

Para esta discussão em particular, o grupo foi composto por jovens dos 17 aos 25 anos. Criamos um grupo discussão onde pudessem estar representados os diferentes papéis que os jovens mais desempenham nesta faixa etária. Neste grupo estava uma jovem trabalhadora, uma jovem estudante universitária, uma jovem estudante de

ensino secundário e um jovem dirigente associativo, todos envolvidos no projeto Radar. Esta diversidade teve como objetivo uma recolha de opiniões mais diversificada e, conseqüentemente, completa sobre o conceito de protagonismo juvenil.



A entrevista a este grupo de jovens seguiu um guião estratégico que definiu a entrevista em 3 partes: primeiramente os jovens foram questionados acerca do que entendem por “Protagonismo Juvenil”, o que é para eles esse conceito e a importância/impacto que tem na vida de cada um. Numa segunda fase os jovens são confrontados com algumas definições publicadas por alguns autores e são levados a fundamentar o seu ponto de vista, tendo como ponto de partida as definições expostas. Em terceiro e último lugar, o grupo é desafiado a lançar

aquela que será a melhor definição, de acordo com as perspetivas partilhadas, do conceito “Protagonismo Juvenil”.

Ser protagonista traduz-se na partilha de opinião e valorização da sua participação no seu próprio processo de decisão. Esta é a análise inicial que os jovens do grupo fazem acerca deste conceito. Isto não quer dizer que os jovens são autónomos e que a participação dos adultos é descartada. Quer sim dizer que os jovens tomam o seu lugar



e, em parceria com os adultos, tomando estes o lugar de mentores, fazem o processo acontecer.

Na perspectiva de um jovem estudante do ensino secundário, este protagonismo acontece quando os jovens são capazes de expressarem as suas opiniões nos mais diversos contextos, desde as aulas até aos programas escolares que a instituição oferece. Este grupo registou uma evolução deste conceito a nível escolar no sentido em que, em décadas anteriores, os jovens tinham receio de apresentar o seu ponto de vista, ainda para mais se essa sua opinião fosse descartada por um docente.

A visão de um estudante universitário segue na mesma direção que a anteriormente apresentada. Na universidade, os alunos já atingem a maioridade e, na maior parte das vezes, escolheram a formação que estão a seguir. Por conseguinte, verifica-se uma maior liberdade de escolha e um aumento da participação dos jovens no processo de decisão. Todavia, essa liberdade e autonomia pode ser excessiva ao ponto de não existir sequer uma relação entre os alunos e os docentes, o que pode levar a um desleixo total dos estudantes. Desleixo esse que faz com que o protagonismo juvenil seja anulado tanto pelos alunos como pelos professores, uma vez que, como já expusemos, este deve ser um processo partilhado.

O dirigente associativo que convidamos a estar, acredita que o protagonismo juvenil é muito mais real nos contextos associativos. Considera que é nestes espaços que existe um processo mais estruturado onde os jovens começam como participantes e depois vão adquirindo, progressivamente, responsabilidades. Desde a tutoria de pares à coordenação, até à animação de grupos. A evolução é constante e o apoio do animador no aumento progressivo da autonomia do jovem é essencial. Ou seja, este é um contexto onde o plano de ação é construído com base no conceito

A perspectiva da jovem trabalhadora foi destacadamente diferente. “No mundo do trabalho, ser jovem é, na maior parte das situações, uma desvantagem.”

A partilha de responsabilidade no processo de tomada de decisão é uma questão de chefias, chefias estas que requerem experiência de anos, antes de sequer acolherem o jovem como trabalhador. Logo, o protagonismo juvenil acaba por não existir. Salvo ocupações que requerem um maior uso da criatividade ou um trabalho com públicos específicos, num mundo capitalista onde vivemos, o foco é a maximização do lucro e não há oportunidade para dar esse protagonismo aos jovens. No mundo do trabalho, ser jovem gera muito poucas vantagens. Apenas a flexibilidade de horário e a baixa expectativa salarial se apresentam como mais valias na contratação de um jovem.

Após uma primeira chuva de ideias e partilha de opiniões sobre o conceito de “Protagonismo Juvenil”, ideias apresentadas acima, apresentamos aos jovens participantes definições publicadas acerca do nosso objeto de estudo. Foi apresentado a visão António Carlos Gomes. Gomes acredita que o conceito de protagonismo juvenil se baseia num método de ação social e educativa capaz de possibilitar aos jovens o desenvolvimento da sua cidadania, através da criação de espaços e situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas reais na escola, na comunidade ou numa esfera social mais global. Foi também exposta a visão de Patrícia Albarrán que diz que o jovem protagonista é “como aquele que molda o mundo a cada instante e cria ideias para melhorá-lo – quer seja na sua casa, na comunidade, na escola, no trabalho” (2000:4).

Foi depois aberta novamente a discussão, agora com a perspetiva destes autores em mente. Para quem está no mundo do trabalho enquanto jovem, este conceito é uma nulidade visto que o auto melhoramento, as ambições pessoais de cada trabalhador não são uma prioridade para a maioria das empresas. Tudo aquilo que não seja em prol do melhoramento técnico ou do aumento dos resultados, é completamente desvalorizado e ignorado pelo mundo do trabalho. Contudo, acredita-se que o cenário está a mudar e que já existem programas de apoio às *startups* e uma maior recetividade em relação às novas ideias apresentadas pelos jovens. Mas será esta aceitação uma prática de protagonismo juvenil? Como é que num emprego se cria um

método de ação social e educativa capaz de possibilitar aos jovens o desenvolvimento da cidadania? Através da criação de espaços e situações propícias da sua participação construtiva e criativa. A questão é que não há tempo e por isso esses espaços não existem. O conceito de protagonismo juvenil não se adequa ao capitalismo que praticamos atualmente.

O protagonismo juvenil só tem lugar, no caso do mundo do trabalho, em áreas como a educação ou que envolvam a promoção da cidadania, ou até mesmo governamentais. Já no caso dos jovens que não se incluem no mundo do trabalho, o protagonismo juvenil existe em grupos informais ou movimentos que foram criados com esse intuito, nomeadamente os escuteiros e as associações juvenis. Se recuarmos um pouco e refletirmos novamente sobre a definição que António Gomes nos apresenta sobre o conceito de protagonismo juvenil, percebemos que este vai ao encontro do que foi apresentado anteriormente.

Efetivamente as associações juvenis são espaços que criam situações propícias para a participação criativa, construtiva e solidária dos jovens na solução de problemas reais e, por conseguinte, contribuem para o desenvolvimento da cidadania desta faixa etária. Porém, se realizarmos uma análise mais profunda questionamo-nos sobre a quantidade de jovens que se incluem nestes espaços e as suas características comuns. São jovens curiosos, pró-ativos ou que foram impulsionados por terceiros a envolver-se. Mas, e os jovens que são forçados a estudar e a trabalhar ao mesmo tempo? E os jovens que não possuem capacidades que os façam procurar por este protagonismo que eles próprios não conhecem? O protagonismo deve ser um direito e cada jovem deve ter oportunidade de o viver.

O primeiro passo deve ser dado nas instituições de ensino que, através do método educacional devem introduzir o conceito e impulsionar e influenciar os jovens a procurar espaços onde o possam vivenciar. A decisão de serem jovens ativos que se tornam donos do seu próprio processo e capazes de ajudar os outros a o serem dos seus cabe a cada um. Deve ser-lhes dada essa escolha, mas para isso é preciso que

lhes sejam colocadas “todas as cartas em cima da mesa”. O sistema de ensino deve ser o principal promotor do protagonismo juvenil e as associações são o principal parceiro na intensificação e aprofundamento deste protagonismo que pode ser vivido por todos os jovens. O jovem é aquele que tem todo o potencial, é um diamante em bruto e é ao mesmo tempo a camada mais frágil. E é precisamente por isso que precisa do protagonismo juvenil. Para que possa experimentar e falhar, assumindo as suas consequências. É o que lhe permite ser a promessa que todos acreditam que seja, mas por outro lado quando vai para o mundo do trabalho, para o “mundo real”, tem a capacidade de não ser subestimado e desvalorizado, ainda que falhe.

Concluimos que o protagonismo juvenil, atualmente, em pleno século XXI, deve ser um direito. No entanto, numa análise mais profunda, apercebemo-nos que este conceito é um luxo, porque nem todos os jovens têm acesso a ele, como deveriam.

## **Bibliografia**

ALBARRÁN, Patricia Osadón (2000), “O que é ser jovem protagonista?”, São Paulo em [www.protagonismojuvenil.br](http://www.protagonismojuvenil.br)

COSTA, Antônio Carlos Gomes (2000), *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*, Salvador: Fundação Odebrecht

MORGAN, DL (1996) Focus Groups, *Annual Review Sociology* em [/www.researchgate.net/profile/David\\_Morgan19/publication/305389505\\_Focus\\_Groups/links/5bcaa150299bf17a1c61a4fe/Focus-Groups.pdf](http://www.researchgate.net/profile/David_Morgan19/publication/305389505_Focus_Groups/links/5bcaa150299bf17a1c61a4fe/Focus-Groups.pdf)

## Voluntariado Nacional e Internacional

*Pedro Inocêncio*

*Técnico Superior de Educação*

Este artigo pretende dar uma perspetiva compreensiva, consolidada e expansiva do que define o voluntariado, as suas diferentes áreas, bem como e porque é que os jovens cada vez mais gravitam para esta forma de participação cívica e social.

Pode-se entender o conceito de voluntariado numa escolha feita pelo indivíduo, que, de forma simples, implica:

- Compromisso com a entidade promotora (empresa, associação, etc.);
- Disponibilidade (de tempo, para aprender, etc...)
- Sem interesse monetário.

Usualmente, o que o indivíduo procura com o processo de voluntariado é conhecer um ambiente de trabalho e formação, aquisição de competências (soft skills), vontade de ter um papel ativo e/ou uma ação social. O voluntariado visa, também, um processo de aprendizagem do voluntário e do público com quem desempenha a ação.

Em Portugal, a Lei de Bases do Voluntariado (Lei 71/98, 3 de novembro) consagra no seu 2º artigo uma definição de voluntariado:

*“Voluntariado é um conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas na presente lei as atuações que,*

*embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.”*

*“Atualmente, o voluntariado começa a ser encarado como uma ferramenta de capacitação e qualificação, assim como de prevenção do desemprego e de aquisição de novas experiências” (Serapioni et al., 2013).*

Cada vez mais os jovens veem no voluntariado uma forma de entrar no mercado de trabalho e, assim, os jovens procuram desenvolverem-se a nível pessoal e profissional. Hoje em dia, os voluntários representam um papel consideravelmente importante como recursos humanos para as organizações sem fins lucrativos.

### **Diferentes Domínios do Voluntariado**

A nível das ações de voluntariado, dividem-se em diferentes domínios tais como:

- Cívico;
- Ação social;
- Saúde;
- Educação;
- Ciência e cultura;
- Defesa do património e ambiente;
- Defesa do consumidor;
- Cooperação para o desenvolvimento;
- Emprego e formação profissional;
- Reinserção social;
- Proteção civil;
- Desenvolvimento da vida associativa.

Os domínios do voluntariado pretendem dar uma resposta útil e formativa quer para a entidade promotora, quer para o voluntário, que não concorra com os trabalhadores e a atividade laboral em si.

## **Solidariedade, desenvolvimento e cooperação: conceitos e modelos**

Entende-se por *solidariedade*, o ato de bondade com o próximo ou um sentimento, uma união de empatias, interesses ou propósitos entre os membros de um grupo. Parte também da análise do conceito de altruísmo e generosidade sendo que altruísmo é um comportamento em que ações voluntárias de um indivíduo beneficiam outros.

O *desenvolvimento*, como um processo de evolução, crescimento e mudança de um objeto, pessoa, situação, ambiente ou meio. O desenvolvimento tem sempre uma conotação positiva já que implica um crescimento ou passo para uma etapa evolutiva superior.

Já a *cooperação* é entendida como um processo de mútuo enriquecimento e benefício entre duas ou mais entidades ou indivíduos. Visa um ato de colaboração para um desenvolvimento comum e união de esforços para a resolução ou agilização de um processo facilitando o acesso aos meios práticos para o conseguir.

Qualquer um destes conceitos pode ser um modelo de ação voluntária ou simplesmente ação na sociedade. Alguns exemplos são:

- Solidariedade
  - Doar Sangue;
  - Contribuir para o banco alimentar (com serviço voluntário ou com alimentos);
  - Voluntariado em creches e lares de idosos.
  
- Desenvolvimento
  - Limpeza de praias e espaços públicos;
  - Sensibilização para iniciativas que visem preservar o meio ambiente;
  - Ações de formação e treino;
  
- Cooperação

- A própria ação de se juntar e cooperar num projeto de voluntariado. O voluntariado tem um forte carácter de cooperação;
- Tutoria em colónias de férias;
- Acompanhamento em centros de reabilitação.

No fundo, a solidariedade e a cooperação resultam numa ação voluntária de desenvolvimento pessoal e social.

## **Responsabilidades das entidades promotoras e dos voluntários**

### **1. Direitos e Deveres das entidades promotoras e dos voluntários**

Entidades Promotoras são pessoas coletivas de natureza pública ou privada socialmente reconhecidas que reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade em domínios cívicos, de ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, entre outras.

Estas entidades podem encontrar nos Bancos Locais de Voluntariado o espaço ideal para divulgar os seus Programas, bem como identificar possíveis interessados na adesão às suas ações.

No âmbito da Lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado (a Lei n.º 71/98 de 3 de novembro), são enumerados claramente os direitos e os deveres associados à figura do Voluntário, a saber:

Diretos:

- Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- Dispor de um cartão de identificação de Voluntário;
- Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, caso não esteja abrangido por um regime obrigatório de segurança social;
- Exercer o trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;



- Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela entidade promotora, em caso de missões urgentes, situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
- Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias previstas na lei, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;
- Estabelecer com a entidade promotora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
- Ser ouvido na preparação das decisões da entidade promotora que afetem o desenvolvimento do seu trabalho voluntário;
- Beneficiar de um regime especial de utilização de transportes públicos;
- Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela entidade promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites estabelecidos.

#### Deveres:

- Respeitar os princípios deontológicos por que se rege a atividade que realiza;
- Observar as normas que regulam o funcionamento da entidade promotora e dos respetivos programas ou projetos;
- Atuar de forma diligente, isenta e solidária;
- Participar nos programas de formação destinados aos voluntários;
- Zelar pela boa utilização dos recursos e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
- Colaborar com os profissionais da entidade promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- Não assumir o papel de representante da entidade promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;



## Radar do Protagonismo Juvenil

- Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a entidade promotora;
- Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade de voluntariado.

## **Análise das necessidades dos promotores e da comunidade**

Para existir trabalho voluntário parte-se de um diagnóstico social, ou seja, a entidade promotora deve analisar as necessidades da comunidade ou do projeto e ver de que forma e em que moldes o trabalho voluntariado vai enriquecer o trabalho a desenvolver. Cabe à entidade promotora entender a sua necessidade de recursos humanos adaptados às necessidades da comunidade onde se pretende inserir.

## **Motivações dos jovens para o voluntariado e noção de relação de compromisso**

Voluntariado é uma das formas mais frequentes de os jovens, hoje em dia, procurarem currículo e formação prática. Aqui, os jovens procuram, maioritariamente, atingir o domínio de competências como a comunicação, resolução de problemas, liderança, mediação de conflitos e ideias (servir de ponto de equilíbrio), disciplina, responsabilidade, compromisso, entre outros. Este último, o compromisso, assume um papel importante. Apesar de poder ser trabalhado ao longo do processo de voluntariado, o voluntário tem de integrar o projeto com uma perspetiva de compromisso e responsabilidade e entender que, apesar de não ser um emprego, é um processo que faz parte e que outras pessoas estarão dependentes dele. O voluntariado não pode ser visto como uma ocupação ocasional de tempos livres sem processo ou compromisso.

## **Acolhimento de voluntários nas associações**

### **1. Recrutamento e seleção**

O recrutamento e seleção de voluntários por parte das entidades promotoras pode acontecer de forma direta entre o indivíduo e a organização ou através de canais e bolsas de voluntariado.

O perfil e interesses do candidato tem talvez o maior peso no processo de recrutamento e seleção uma vez que a entidade promotora já terá feito o diagnóstico de necessidades e tem agora consciência do tipo de candidato que procura. A partir dos traços de personalidade e interesses/preferências apresentados pelo candidato a organização irá efetuar uma pré-seleção que poderá resultar numa entrevista. Além do compromisso a organização procura alguém que partilhe o interesse na ação a desenvolver.

## 2. Formação e integração

Lei de Bases do Voluntariado (Lei 71/98, 3 de novembro) consagra no seu 7º artigo o direito do voluntário de ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário. Não se espera que o voluntário saiba tudo o que é necessário para desempenhar funções e a formação é base para o trabalho voluntário. O conhecimento base necessário para o seu trabalho não só irá tornar o indivíduo mais capaz, como mais confiante e facilitar o processo de integração.

## 3. Gestão de tarefas

A gestão de tarefas e responsabilidades do voluntário é feita de acordo com a necessidade da organização em equilíbrio com a disponibilidade do indivíduo nunca se sobrepondo a tarefas profissionais ou concorrendo com o trabalho dos técnicos e profissionais.

## 4. Validação de competências e reconhecimento

Cada vez mais a ação voluntária é reconhecida e valorizada. Assim, a certificação é usualmente feita no final da atividade onde o processo e trabalho desempenhado é discriminado juntamente com as competências adquiridas. A validade e reconhecimento da certificação varia com a credibilidade e história da entidade que certifica por isso, muitas vezes, as organizações recorrem a organizações mais reconhecidas (Instituto Português do Desporto e Juventude; Erasmus +, etc...) e em

parceria realizam ações de voluntariado que são certificadas pelas entidades reconhecidas.

## 5. Avaliação

A avaliação é parte fundamental do processo de qualquer projeto. A avaliação serve de reflexão crítica, análise do projeto e base para o projeto seguinte. No caso de ação voluntária, o trabalho voluntário deve ser discriminado e avaliado. Não só o desempenho dos voluntários, mas também as condições proporcionadas aos mesmos, a própria avaliação que os voluntários devem fazer no final do projeto e todas mais vertentes do projeto.

Os moldes em que se faz a avaliação variam desde análise SWOT/FOFA (pontos fortes; pontos fracos, ameaças e oportunidades), indicadores de objetivos, análise de temas determinados pela organização, etc.

## **Projetos de voluntariado dirigidos a jovens – práticas diversas**

### 1. Redes de voluntariado

Com o aumento do reconhecimento do valor do voluntariado quer para o projeto e para a entidade promotora quer para o voluntário, tem-se observado um crescente aumento de redes de oferta de serviço voluntário bem como bancos de voluntariado para facilitar o processo. Exemplos a nível municipal são as bolsas de voluntariado geridas pelas diferentes câmaras municipais por todo o país, tais como Porto, Vila Nova de Famalicão, Braga, Figueira da Foz, etc. A nível nacional, redes como a “Bolsa do Voluntário” promovida pela Caixa Geral de Depósitos e pela associação “EntrAjuda”, a Cruz Vermelha, o Portal da Juventude que apresenta propostas de ação voluntária mais dedicada são jovens, entre outras. A nível religioso, várias organizações e grupos religiosos, nas diferentes igrejas, proporcionam ações sociais voluntárias como visitas e acompanhamento em creches e lares, visitas ao domicílio a idosos e portadores de

deficiência, etc. A nível académico, são, muitas vezes, organizados grupos de voluntariado nas universidades, um exemplo disso é a VO.U., uma associação de voluntariado de estudantes do Porto.

### 2. Redes Sociais como espaços privilegiados de divulgação de voluntariado

Numa era digital, onde nos encontramos, os canais de acesso a informação são cada vez mais através da internet. Aqui, as redes sociais como o Facebook e o Instagram, desempenham um papel de marketing e publicidade fácil, eficaz e com grande alcance. As entidades vêm, nas redes sociais, uma plataforma de promoção ao seu projeto e forma de chegar ao público potencialmente voluntário cada vez mais efetivo e produtivo. Uma vez que possibilitam também um contacto rápido entre a entidade e o interessado apresentam-se como método preferencial entre os jovens para contactar e encontrar projetos deste tipo.

### 3. Estudos de caso – Voluntariado Europeu e na CPLP

O Corpo Europeu de Solidariedade é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em projetos, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa.

Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser seleccionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade.

Os projetos apoiados pelo Corpo Europeu de Solidariedade podem durar entre dois e doze meses, decorrendo, regra geral, em países da União Europeia.

A área da Juventude no espaço da CPLP tem vindo a conhecer um renovado ímpeto político, tanto no quadro das relações institucionais quanto da sociedade civil, materializada na produção e aprovação pela Conferência e pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de documentos estruturantes e orientadores da intervenção juntos dos jovens e com os jovens.

A reconhecida transversalidade das políticas de juventude obriga à instituição de mecanismos de ação no plano nacional e internacional, procurando tirar proveito das potenciais sinergias e dos recursos disponíveis para fazer face à gravidade, complexidade e impacto no presente e no futuro dos problemas que os jovens enfrentam nos Estados membros em particular, e no mundo em geral.

Para este efeito, depois de aprovado o «Plano Estratégico da Juventude 2015 e Além» e da «Carta da Juventude da CPLP», a Conferência determinou como áreas nucleares de atuação tais como Mobilidade e Voluntariado;

### **Projeto de voluntariado, nacional e internacional, dirigido a jovens**

#### **1. Elaboração de um Plano de Ação/ Programa de Voluntariado**

Para a elaboração de um plano de voluntariado, é necessário passar por diversas etapas para a construção deste projeto. Uma primeira etapa é a convocação onde se deve contactar todos aqueles com os quais pretendemos montar o projeto.

Um segundo momento é o Diagnóstico. Diagnosticar é identificar quais são as reais necessidades daquela pessoa, grupo ou organização social que receberá a ação voluntária. É nesta etapa também que (re)conhecemos o perfil dos participantes, identificando qual será o tempo, trabalho e talento que os voluntários poderão dispor ao projeto, para que possamos considerá-lo posteriormente no plano de ação. A partir desta primeira análise será possível identificar quais serão as ações, os recursos

necessários, o tempo previsto, as ferramentas e os meios para a implantação do projeto.

Uma vez definido que iniciaremos um projeto de voluntariado, quem irá participar e quais são as necessidades da comunidade, podemos planejar nossa ação.

Existem muitas formas possíveis de se realizar um projeto e o grupo deve discutir e decidir como irá fazê-lo. Para isso, é fundamental refletir sobre algumas questões norteadoras:

- Justificação: por que fazer? O que move o grupo a tomar esta iniciativa?
- Objetivo: O que fazer? Quais são os objetivos e metas a alcançar?
- Grupo de trabalho: quem está disposto a fazer parte?
- Público alvo/participante: a quem se destina este projeto de voluntariado?
- Plano de ação: como fazer? Quais são as ações e fases necessárias?
- Mapa Temporal: quando? Qual o tempo necessário e que será previamente reservado para cada fase?
- Recursos: Quanto é necessário para a realização do projeto – em recursos materiais, humanos e financeiros? Quais serão os parceiros envolvidos?

Antes de passarmos para a etapa seguinte, esperamos que o grupo possa decidir em que área irá atuar, tais como:

- Meio ambiente, educação, cultura, saúde, assistência social, lazer, defesa de direitos, cidadania.

Existem muitas ações que podem ser desenvolvidas por projetos de voluntariado educativo, considerando os diferentes públicos e áreas de atuação. O trabalho com projetos, além dos benefícios que traz para a comunidade, promove a cultura do voluntariado, envolvendo alunos e educadores em discussões político-sociais, de cidadania, saúde, habitação, artes, lazer, etc. A partir da análise, diagnóstico e planejamento das ações, os jovens envolvidos tornam-se parte de um projeto que beneficiará toda uma comunidade, em pequenas ou grandes ações, com



responsabilidade, criticidade, autonomia, favorecendo diretamente o desenvolvimento das inteligências interpessoais e intrapessoais, essenciais na formação de cidadãos conscientes.

### 2. Elaboração de um perfil de voluntário

De acordo com a página do Banco de Voluntariado de Tavira, o Voluntário deve ser:

- Disponível para as atividades que se propõe exercer, bem como para a realização de formação no âmbito das mesmas.
- Motivado - é essencial para a continuidade das ações de voluntariado, assim como para o êxito destas ações.
- Participativo – é imprescindível para a concretização de diferentes tarefas e para a dinamização da entidade promotora.
- Comprometido com todos, principalmente com a entidade onde exerce voluntariado e com a população alvo da mesma.
- Polivalente - a atuação deve ser diversificada, de forma a rentabilizar ao máximo os recursos existentes.
- Apto e/ou Formado - deve ter uma formação específica ou especializada para a atividade que pretende desenvolver. (esta formação pode e deve também ser disponibilizada pela entidade promotora)
- Cooperativo - ser capaz de trabalhar em equipa é fundamental para o êxito das atividades desenvolvidas pelas entidades promotoras.

O voluntário deve ter as seguintes características:

- Capacidade empática
- Responsável
- Solidário
- Amável
- Humilde



## Radar do Protagonismo Juvenil

- Respeito e tolerância
- Flexibilidade
- Comunicativo
- Capacidade de adaptação e de aprendizagem
- Capacidade de iniciativa
- Capacidade de trabalhar em equipa

### 3. Divulgação

Por último, a divulgação pode, como referido anteriormente, ser feita a partir das redes sociais, uma página web, panfleto e outras técnicas que a organização considere eficazes para chegar e despertar o interesse do público alvo.

### Parte III – Histórias de Jovens Protagonistas

*Davi Siqueira*

A minha infância foi marcada por muitas mudanças, muitas mesmo. Para terem uma noção eu mudei de escola, pelo menos, 5 vezes enquanto vivi no Brasil e morei em pelo menos em 6 lugares diferentes. Não me arrependo de nenhuma dessas mudanças, pois, apesar de todos os altos e baixos, foram esses altos e baixos que me moldaram na pessoa que eu sou hoje. No meio de todas essas mudanças também conheci muita gente, tive grandes amigos, alguns dos quais já não falo hoje em dia, e também tenho amigos que eu não vejo há 8 anos, mas que ainda mantenho contacto.

Eu posso dizer que eu tive uma infância feliz, apesar dos vários problemas que os meus pais tinham. Quando eu nasci, o meu pai tinha 20 anos e a minha mãe tinha 18 e o meu nascimento fez com que eles tivessem que deixar os estudos e por isso nenhum dos dois é formado.

A falta de estudos e a necessidade precoce de trabalhar acabou por lhes trazer muitos problemas, mas quando eu era criança, e sendo mais aluado do que sou hoje, nunca me apercebi das



dificuldades e esses problemas financeiros nunca me fizeram sentir falta de nada. Obviamente havia momentos em que eu era “prejudicado”, mas eu nunca deixei que

nenhuma dessas coisas afetasse a minha tranquilidade e a minha inocência. E por não sentir falta de nada, eu via sempre tudo o que vida trazia como um bônus, e por isso eu fui surpreendido pelo positivo que a vida me trazia muitas vezes e isso fez de mim uma criança feliz.

Antes da minha mudança para Portugal, vivia num momento em que era bastante complicado sair do Brasil. Eu morava num prédio onde viviam muitas crianças, por isso eu tinha muitos amigos. Eu estudava na mesma escola há 2 anos e já conhecia a escola quase toda. Por isso posso dizer que estava realizado na minha vida social.



Uma das coisas mais difíceis de deixar para trás na mudança

para Portugal, foi deixar a equipa de basquetebol da minha escola. Mais ou menos um ano depois da equipa começar a jogar, ficamos em segundo lugar no campeonato juvenil de basquetebol do nosso estado. A equipa tornou-se popular na escola, para além que a equipa era uma família e, por isso, foi muito difícil deixá-los. A acrescentar ainda, um dos pontos que mais pesaram na mudança para Portugal foi uma namorada que eu realmente gostava.

Antes de irmos, os meus pais conversaram muito com familiares que moravam aqui para saber como o país funcionava, mas esses familiares são muito mais ricos que a maioria da população e, por isso, não tinham uma noção real de como era viver em Portugal. Quando chegamos aqui, muitas das promessas que tinham sido feitas por

essas pessoas eram mentira. Quase passamos fome. O meu pai passou 8 meses a sustentar uma família de 5 pessoas com um salário mínimo, porque a minha mãe não conseguiu trabalho no tempo planeado.

A minha família veio do litoral nordestino do Brasil, onde o clima é quente e húmido o ano inteiro. Chegamos aqui no meio do inverno, e foi muito impactante para todos porque alugamos um apartamento sem aquecimento e dormimos no chão na primeira semana. A minha mãe acabou por entrar em depressão e chorava quase todas as noites e isso desequilibrou muito a nossa família, maioritariamente o meu pai que precisava de fingir que estava tudo bem porque era ele que nos unia e mantinha tudo estável. Vivemos assim durante 8 meses no mínimo, até que a minha mãe conseguiu arranjar emprego, mas apenas nos últimos três meses é que temos tido uma vida melhor.

No meu caso, e tendo em conta tudo o que deixei para trás no Brasil e tudo o que estava a viver cá em Portugal, ao entrar na escola não fiz muitos amigos. Fiz dois grandes amigos que estão comigo até hoje, que inclusive me ajudaram nessa época, mas de resto não criei muitas relações. O primeiro ano foi muito difícil.



A dada altura surge a PASEC na minha vida. Alguém foi à minha sala de aula e acabou por me juntar a um grupo de outros jovens. Aqui encontrei pessoas incríveis, um lugar para desabafar e

um lugar onde eu podia ser eu mesmo. Até que um dia me convidam a juntar a um grupo de teatro e aqui tudo mudou.

O teatro ajudou-me a voltar a encontrar um equilíbrio mental melhor do que a que eu vivia constantemente. Ajudou-me a voltar aos eixos e a me encontrar como indivíduo numa sociedade estranha que agora também era minha. Eu nunca me imaginei a fazer teatro, que é uma arte que necessita de muita energia e vida para as diferentes personagens que vão aparecendo e, tendo que trabalhar todas essas noções, eu voltei a ter facilidade em conhecer as pessoas, algo que, com a mudança, eu de certa forma tinha perdido. A receptividade do grupo ajudou-me muito. Conheci pessoas que são muito especiais e hoje posso dizer que o teatro, algo que eu nunca me imaginaria a fazer, tornou-se algo que eu realmente gosto de fazer.

A primeira peça em que eu participei representou para mim “o levantar”, pois a partir daí eu voltei a lutar, voltei a ter ânimo para viver cada dia e fez-me voltar a querer evoluir. Voltei a encontrar-me com quem sou e com o desafio que está por vir.



### Catarina Alves



Se eu tivesse que falar da minha infância não poderia desligar-me, nem deixar de falar da minha imaginação.

Sou filha única e por isso o meu mundo imaginário sempre foi o meu maior companheiro de brincadeiras e aventuras diárias e, à medida que fui crescendo, ele foi-se tornando cada vez mais importante.

No geral posso dizer que tive uma infância feliz, mas não posso dizer que foi fácil. Acho que posso dizer que tudo começou com o divórcio dos meus

pais, que na verdade não me lembro, mas sei que teve um peso gigante em toda a minha vida.

Quando os meus pais se separam a minha mãe acaba por ter de regressar a casa da minha avó, mãe dela, porque era muito difícil sustentar-me e sustentar uma casa apenas com o ordenado dela, acrescentando que o meu pai nunca esteve muito presente na minha infância. Do que me



lembro, a relação deles sempre teve por base as discussões, sobretudo, por causa de dinheiro. Eu continuava a refugiar-me no meu mundo imaginário onde tudo era possível para mim. Eu estava lá e viajava entre contextos e pequenos mundos que foram sendo alimentados pela minha criatividade.

A acompanhar-me tive sempre os escuteiros que aliciavam o meu espírito de aventureira, líder e novamente a criatividade que tantas vezes foi necessária para os jogos desafios e dinâmicas que fazíamos, bem como para preparar atividades. E o meu talento para o desenho ia sendo cada vez mais aprimorado. Não que eu tivesse alguma paixão gigante pelo desenho, mas a verdade é que tinha algum jeito para desenhar e as pessoas foram-me elogiando várias vezes. Sempre que era preciso alguma coisa relacionada com desenhar e pintar, era à Catarina que pediam.

Aqui pelo meio, a minha mãe arranjou um namorado que se aproximou imenso das duas, de mim e dela, e acabou por, de certa forma, ocupar o espaço de uma figura paternal que estava até então desocupado. A verdade é que eu gostava muito dele e ele estava e esteve muito presente na minha vida durante muito tempo. Ele tratava-me bem, a minha mãe gostava muito dele e ele dela, até que um dia lhe foi diagnosticado uma doença terminal.

Esses foram uns meses terríveis em que nos fomos despedindo dele até não sobrar quase nada. Foi sem dúvida dos momentos mais difíceis e





onde tive que ser mais forte, por mim e pela minha mãe. Acho que me fechei um bocado depois disto... fechei-me e os lugares que ficavam vazios na minha vida foram-me tirando cada vez mais a confiança nos outros... Sabia que podia confiar em mim e, novamente, o meu eu criativo crescia mais.



Não sei até que ponto me conhecia bem na altura, mas sabia que sabia desenhar, sabia que era diferente dos outros e sabia sobretudo que tinha espírito de artista. E agarrei-me às artes visuais até porque gostava de pintar quando era mais nova porque era a coisa que sabia fazer melhor e toda a gente elogiava.

E por isso no décimo ano percebi que Artes Visuais era o único curso com o qual me identificava. Foi um secundário de grandes descobertas e experiências que me permitiram escolher e conhecer cada vez mais sobre mim. Hoje dentro desta área escolhi o design porque é uma área que

acho que faz falta ser desenvolvida na sociedade de hoje, me dá liberdade para criar no formato que eu quiser e posso usar a minha arte na minha vida como eu quiser.

Hoje estou a licenciar-me em Design Gráfico, tenho a melhor relação com o meu pai e estou a correr atrás dos meus sonhos e sei que, quando me perder, voltarei a encontrar-me naquilo que mais gosto de fazer.

**Querén Silva**

Eu nasci e cresci no Brasil, país que guardo com muito amor no meu coração.

Eu lembro-me pouco da minha infância, mas tudo aquilo que me lembro é mágico. Lembro-me de tirar sangue com meus primos quase todos os meses e que quando saíamos do hospital para ir às aulas, a prenda era um pacote de bolachas de chocolate. Lembro-me que mudei



algumas vezes de escola durante a minha infância, lembro de andar num colégio onde dancei nas festas juninas e que adorava participar em todas as atividades da escola.

A melhor memória que tenho da minha infância é de jogar “queimada”, um jogo de 2 equipas que jogava na rua de casa com os meus melhores amigos de infância, e por mim fazia aquilo até ao fim dos meus dias. Mas nem tudo foi positivo... A memória mais impactante foi quando escondi a minha avó uma nota vermelha, uma notificação de mau comportamento na escola e os professores ligaram-lhe para contar e quando eu cheguei em casa levei uma “coça” tão grande que deixou marcas que duram até aos dias de hoje.

Lembro-me de dois medos, o do escuro e da água. Sim, eu entro em pânico no escuro, não me consigo mexer e o mesmo acontece na presença de muita água. Fico sem reação e não consigo reagir nem resolver nada sozinha nesses momentos. Esses medos têm uma explicação ainda muito presente na minha memória.



No Brasil, em Minas Gerais, mais precisamente em Pavão, existem muitos rios as crianças acabavam muitas vezes a brincar na água, mas eu tive o azar de quase morrer três vezes. Já o medo de escuro, não sei como, mas acho que era por me estarem sempre a dizer que tinha um monstro no escuro e à saída da casa da minha avó tinha arbustos ou plantas e escuridão, portanto lidei com isso muitas noites.

Eu era muito criança ainda para me importar com as coisas más que aconteciam à minha volta, mas atualmente tenho plena noção que as coisas não estavam nada bem. O ambiente era um pouco pesado, estavam todos sempre chateados e eu, com 10 anos,

era obrigada a limpar a casa toda e adiantar a comida para os meus tios quando chegavam do trabalho.

A minha mãe vivia em Portugal e enviava dinheiro para a minha avó para que nada me faltasse, mas o dinheiro nunca era suficiente porque, em segredo, o meu dinheiro também alimentava o resto da família no Brasil, o que não era suposto.

Houve uma altura que cheguei a ir viver em casa do meu pai para diminuir os custos à minha mãe, mas eu estava sempre a brigar com os meus irmãos e o meu pai acabou por me expulsar de casa e voltar para casa da minha avó. Sim, tudo isto até aos 10 anos.

Toda esta confusão foi-se apoderando de mim e eu passei a sentir-me sempre triste porque o meu pai não sabia lidar comigo, muito menos os meus tios e a minha avó que

ficava no meio de toda a situação. O meu pai nunca se preocupou muito com tudo o que se estava a passar comigo, mas a minha mãe sentia-se muito mal por estar longe de mim. Até que chegou o dia em que decidiram que eu vinha ter com a minha mãe a Portugal. A mudança foi dolorosa, lembro-me de chorar durante toda a viagem para Portugal e eu só queria voltar para o Brasil pois eu não tinha amigos nem ninguém com quem brincar. A adaptação foi muito difícil e só piorou com a língua porque apesar de ser português na mesma, eu não entendia nada do português de Portugal, e não conseguia fazer amigos na escola.

O papel que os grupos de jovens e todo o meu currículo de trabalho voluntário tiveram na minha vida foi como decidir o futuro. Estar em bairros sociais levou-me a perceber que eu posso fazer pelos outros aquilo que não tive oportunidade que fizessem por mim. Viver na precariedade e com carência de instrução e serviços mínimos de saúde e educação criou em mim a ideia utópica de mudar o mundo.

Acredito que a melhor forma de mudar o mundo é fazendo alguma coisa por quem precisa e eu sei que não sou capaz de mudar o mundo, mas conseguir mudar algumas mentalidades é dar esperança aos outros de que há sempre algo mais para sonhar e conquistar.

Jogar futebol sempre foi o meu verdadeiro sonho de criança, mas nunca tive condições para pagar para jogar num clube, sempre houve algum impedimento. Quando surgiu a oportunidade de dinamizar um grupo de futebol de rua no bairro



das Lameiras, vi uma continuidade do meu sonho, o melhor dos dois mundos. Ajudar crianças que cresceram nas mesmas condições que eu e ainda fazer o que mais gosto, que é jogar futebol. Embora não tivesse muita maturidade na altura para dar continuidade ao projeto, enquanto estive lá senti-me completamente realizada em todos os treinos. Inclusive, houve uma situação que posso contar com bastante orgulho. Uma rapariga que já tinha desistido dos estudos e, após uma daquelas famosas conversas de balneário, ela disse-me que tinha mudado e o objetivo dela era concluir os estudos e jogar futebol, tudo porque tinha sido inspirada pela nossa equipa. Sentir que tive influência positiva na vida das crianças que treinei, foi um sentimento que não tem preço!

A dada altura na minha vida, uma grande amiga minha falou-me de uma frase que tinha ouvido: “Na vida há dois tipos de pessoas. As vítimas e os aprendizes” e a verdade é que desde que ouvi essa frase que penso imenso nela. Todos nós passamos por imenso na nossa vida, umas situações mais fáceis, umas situações mais difíceis, mas a verdade é que o conjunto de experiências que tivemos é que fazem de nós aquilo que somos. Aqui vemos o poder que o protagonismo, o sentimento de comunidade e a expressão através da arte podem ter. Todos nós precisamos de um sítio a que chamemos casa, mas muitos de nós também procuram um sítio onde se possam encontrar, expressar-se e onde cada um tenha o poder do “ser eu próprio”. E no dia em que nos encontramos, tudo muda.



## Radarm do Protagonismo Juvenil



## Parte IV – Poderes de um Jovem Protagonista

### Compromisso

Acredito que o compromisso nunca se faz sozinho. Faz-se com aqueles que mais amamos, com os que convivemos, os que toleramos e até mesmo com os que não gostamos. Faz-se com o espaço e a Natureza. Pelo menos eu faço.

Considero que o compromisso é um dos poderes mais nobres que alguém pode ter. E eu sinto que tenho esse poder. Sermos alguém de compromissos implica honrarmos a nossa palavra, mesmo que, mais tarde, o ambiente se torne desconfortável. Exige disciplina para continuar o trabalho até então desenvolvido, não nos deixando levar pela emoção do momento. E para mim, aquilo que mais simboliza o trabalho desenvolvido é o multiplicar para e com os outros. É o deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos.



Posso dizer que este é o meu primeiro compromisso. O segundo passa por ir em busca do inexplicável. Passa por procurar o que muitas vezes não conseguimos ver: a magia do momento e da superação.

Quando olho para trás e vejo todas as barreiras que tinha, com aquele determinado espaço ou pessoa, e que consegui ultrapassar, sinto-me bem comigo mesma e o amor que sinto por todos os

compromissos que mantenho aumenta. Os SPA são um grande exemplo. São o meu grupo base e a relação que tenho com cada um dos elementos é diferente. Com alguns, essa relação nem existe e, no entanto, não falho com o grupo porque fiz um compromisso com o mesmo. Supero-me a cada reunião e parte dessa superação deve-se a eles pelo que me dão e fazem sentir.

É natural surgirem momentos em que duvidamos dos compromissos que fazemos, mas no entretanto, percebemos o impacto que eles têm na nossa vida e concluímos que vale sempre a pena.

Os Dragões, o grupo a que me dedico mais, são outro compromisso meu. Fazem-me entender, na sua plenitude, o que é o compromisso e de que maneira é útil. Ajudam-me a distinguir quando um compromisso é bom ou mau. A todos eles agradeço por me permitirem expandir aquela que é a minha essência, todo o meu compromisso.

Todos os dias enfrentamos novos desafios e deparamo-nos com novas aprendizagens e, olhando em perspectiva, apercebemo-nos de uma longa viagem que percorremos e de uma longa escadaria que fomos subindo. Acabamos por concluir que o compromisso está no ANIMA, no “dar alma”. **E a minha grande viagem foi aquela que eu fiz e que todos fazemos, sem que nunca alguém realmente a tenha feito.**

*Luciana Fernandes*



## Intuição

Muitas vezes acontece veres algo numa pessoa que mais ninguém foi capaz de ver. E tu queres que os outros também o vejam, mas não sabes como o demonstrar. Eu chamo a isso intuição. É quando desligas o filtro. Costumo dizer que é a forma calma de ser inconsciente.



É um bichinho que aparece quando tens de tomar decisões. Há momentos em que tens de escolher e quando olhas para o problema pela primeira vez, sem pensar muito, a intuição dá-te a resposta sem que te apercebas.

Todos nós nascemos com a intuição, mas cada pessoa escolhe o uso que lhe dá.

No fundo, é veres para além do que te mostram. Os outros poderes tu usas para ver as coisas mais simples. Simples como a natureza.

Apesar de sermos seres finitos, vemos além dos nossos limites.

Uso a intuição para ver não só o que a natureza me mostra, mas o que ela me transmite. Vejo uma savana e sinto o seu longínquo. Vejo uma árvore e sinto a sua energia. Vejo o mar e sinto a sua força.

**Nesta minha finitude reencontro-me na amplitude da natureza.**

*Ana Patrícia Carvalho*

## Fusão com a Natureza

Existem sítios onde tudo parece fazer sentido, lugares onde cada pormenor parece ter sido planeado com antecedência, locais mágicos... É aí que nos apercebemos da força dos quatro elementos, cada qual com o seu papel fundamental na nossa conexão com o Cosmos.



Terra: estabilidade e harmonia. A base a partir da qual criamos as nossas raízes e nos expandimos. Água: intuição e fluidez. A mutabilidade constante das nossas emoções. Ar: movimento e liberdade. O conjunto de mudanças suportadas por todas as nossas aprendizagens. Fogo: impulso e força. A energia e o Anima (“dar alma”) que aplicamos em cada uma das nossas ações.

Se conjugarmos a poderosa força da Natureza e dos quatro elementos com a nossa espiritualidade, sentimo-nos invencíveis. Estes momentos apenas são possíveis quando nos deixamos fundir com a paisagem que nos rodeia, quando fazemos uma pausa nas nossas vidas atribuladas e aproveitamos para respirar e refletir em comunhão com o universo.

Foi num momento como este que me deixei ir com a ondulação da lagoa que me cercava e me permiti sentir toda a energia dos elementos. A água limpa e interminável, a areia basáltica e a floresta viva, a neblina e a chuva, conjugados naquilo a que os meros mortais chamariam de coincidência, mas que eu apelido de magia. Aí experienciei a magnificência da minha espiritualidade contígua ao Cosmos da Natureza. **Compreendi, então, a minha jornada no momento em que descobri que a outra margem existia.**

Sara Azevedo

## Comunhão

Se estivesse sozinho não teria a necessidade de saber quem sou. Para quê descobrir-me se não me posso dar? Sou contigo, sou com ele, sou em comunhão. É aqui que percebo que não seria capaz de perceber:



- Que sou cuidadoso, se não tivesse ninguém para cuidar;

- Que sou brincalhão, se não tivesse ninguém com quem me divertir;

- Que não sei dar espaço quando sou mestre, se não tivesse nenhum aprendiz;

- Que sou amigo, se não tivesse nenhum companheiro;

Esta aprendizagem só é possível quando partilhamos a nossa magia com outras pessoas. É então que tomo consciência que **em comunhão encontro-me e encontro-te.**

*Miguel Lemos*

### **Autenticidade**

Autenticidade. Um poder que há muito havia conhecido, mas não havia compreendido.

Imaginem uma cascata. A água que por ela passa cai de alturas incríveis e com a força da sua própria corrente, desagua nos oceanos.

A água efetua o percurso que lhe é permitido. Se algo bloquear o seu caminho, fica contida, sem escapatória (aparente). Até que a força da água supera a força das barreiras que a prendiam e liberta-se. A partir desta liberdade, surge uma autenticidade que a água passa a ter.

Nós somos a água.

A autenticidade deve-se a um estado de espírito: a liberdade de ser. As preocupações e os medos que um dia constituíram as barreiras deixam de existir. Sinto-me água, e as barreiras que um dia me prendiam já desapareceram. Não existe a necessidade de forçar ou fingir, e muito menos de me preocupar com o que sou. Sou o que sou e sinto o que sinto. A fusão com os quatro elementos é cada vez mais natural, não forçada.

**Eu sou autêntica e sou porque não me forço a ser.**

*Matilde Alves*

## Liderança

Gosto de imaginar que cada um de nós é um puzzle e, à medida que o tempo passa, vamos encontrando pequenas peças que o completam. Quando entramos na aventura de montar um puzzle, o desafio é grande porque as peças estão todas misturadas e torna-se confuso. Também nós, quando nascemos, estamos confusos e não temos consciência de quem somos e do que podemos ser. Não fazemos ideia do que nos espera.



O nosso puzzle começa a ser montado a partir do momento em que os nossos pais decidem dar-nos um nome. Aí começa toda a nossa jornada. É a primeira coisa que nos define enquanto seres únicos. A vida passa e o puzzle que somos começa a ficar mais completo. Há peças que temos e estão tortas, ao contrário ou fora do sítio. Outras ainda estão em falta e vamos percebendo que o próximo passo é descobri-las. No entanto, algumas já se encontram no sítio certo, ou pelo menos, nós estamos convictos disso. No fundo isto representa os nossos

poderes. Muitas das vezes acreditamos convictamente que temos alguns poderes, outros achamo-nos incapazes de adquirir e outros, simplesmente não os desejamos ter. Nesta lista faltam ainda aqueles que os outros acreditam que nós temos.

Eu achava que tinha o poder da liderança. Que ele existia e que era a peça mais bem posicionada do meu puzzle. Em todos os ambientes em que me inseria, ou estava, queria liderar e achava que tinha de o fazer. Até ao dia em que esse poder foi colocado



em causa. Até ao dia em que os verdadeiros líderes me questionaram e pediram que o provasse com fatos reais. Eu lutei até ao fim, convencida de que aquilo era apenas um teste. Contrariei, refutei, até perder os meus argumentos todos e perceber que eu não era o que achava ser.

Acredito que a peça da liderança sempre esteve presente no meu puzzle. Apenas estava incompleta e mal colocada. Tinha os traços que a definiam, mas não tinha cor. Eu era uma líder que não era líder. Eram o protagonismo e o egocentrismo que me levavam, em grande parte, a sê-lo. O poder trazia-me confiança e cegava-me ao ponto de o mais importante ser eu, e não os outros. E ao refletir isto, recordo-me de uma frase presente no código de conduta do Cosmos de um grande amigo: “És líder. Não te escondas. Não subas demais. Assume-te.”

A verdade é que eu subi demais e esqueci-me da essência do que é ser líder. Precisei de tropeçar e descer grande parte da escada para poder olhar para cima e ver tudo o que tinha feito, mas sobretudo, aquilo que me faltou fazer. Foi então que percebi que ser líder não é sermos a personagem principal, nem é a voz de um grupo. Ser líder é tornar os outros capazes de serem a sua própria voz. É dar-lhes o privilégio de sentir a magia. A deles, a dos outros e a da natureza. É ser a bússola que os ajuda a encontrar cada peça do puzzle que eles próprios são.

A verdade é que ser líder é ser para e com os outros. De que me vale ser líder se ninguém me vê como tal? O que vou liderar? O vazio? Eu sou líder se os outros me veem como tal e mo deixarem ser. Sou líder na medida em que os outros permitem que eu o seja.

Por isso, a cada peça encontrada do meu puzzle, lembro-me do caminho que fiz para chegar até ela. **Porque mesmo com os olhos postos no céu, continuo a sentir a terra que me sustenta.**

*Mariana Vilas Boas*

## Aceitação da Finitude

A uma determinada altura procurei o desafio na minha vida. Decidi pôr-me à prova, conhecer-me, moldar-me e evoluir. Era certa a minha vontade, mas tinha de prestar provas de que era digna de tal privilégio, o de caminhar acompanhada.



Para isso aprendi algo muito importante: “Admite que és finito. Pede ajuda e volta ao treino”. Compreendi estas palavras mal as ouvi e fizeram todo o sentido. Porque as grandes conquistas deixam de ter valor quando não percebemos que é altura de recorrer aos outros, quando sozinhos não temos a resposta.

Existem pessoas que consideram o ato de pedir ajuda um ato de fraqueza e de incapacidade. Na minha visão,

nós regredimos quando não temos a humildade de agarrar as mãos que estão prontas a segurar-nos. Eu aceito que sou finita e sinto-me livre. Sinto a bênção de ter pessoas que estão ao meu lado e me ajudam a caminhar, ou simplesmente acompanham de longe, mas com atenção, o caminho que eu percorro e se mostram disponíveis sempre que cruzamos o olhar.

Pedir ajuda é ter a coragem de admitir que sozinhos ainda não conseguimos obter respostas. Quando essas respostas começam a surgir, traços submersos espontâneos vêm à tona, sejam positivos ou negativos, tudo depende da forma como os usamos.





## Radar do Protagonismo Juvenil

E aí encontramos algo em nós, a nossa alma. É ela que nos define enquanto pessoas. Nesse momento em especial, eu **encontrei a minha alma e ela permitiu-me sentir por completo**, isto porque eu deixei que os outros me ajudassem a reencontrar-me.

*Inês Matos*

## Raízes

Num ambiente cada vez mais globalizado, cheio de rápidas transformações, a níveis científicos e tecnológicos, cada vez mais é preciso reconhecer e valorizar o potencial humano.



O ser humano é desde cedo estimulado e desenvolve-se para promover o bem-estar individual e social. Este desenvolvimento surge com os novos desafios, ambientes, dinâmicas, interações, competições, conhecimentos, habilidades, competências e, especialmente, novas atitudes e valores.

O desenvolvimento humano equipara-se ao de uma árvore, com isto, a nossa infância associa-se às raízes de uma planta. Quando crianças, somos influenciados para a criação

da nossa pessoa, através da família, educadores, outras crianças, experiências e traumas.

Com o desenvolver da planta, ou seja, com o passar dos anos, a pessoa começa a criar o seu tronco, sem nunca perder as raízes antigas, sejam elas boas ou más. E tal como uma árvore: **não há bons frutos sem raízes sãs**. Alguém que está traumatizado



## Radare do Protagonismo Juvenil

devido às suas origens, exemplos de código de conduta e experiências, terá características menos boas e mais problemas no âmbito social do que alguém que teve sempre bons exemplos.

Resumidamente, a raiz representa a disposição de um indivíduo face ao mundo e como o mesmo orienta a sua conduta (seja cognitiva, afetiva ou padrões). A raiz é o reflexo da vida e podem alterar-se alguns princípios com o amadurecer. Temos o tronco, associado ao saber e os frutos associados ao agir (competências vindas das raízes, talentos, capacidades e técnicas aprendidas e aplicadas conforme a personalidade individual). Concluindo, uma árvore saudável será aquela que tem raízes fortes para que o tronco se desenvolva de forma consistente para haver estabilidade para suportar os frutos.

*Carolina Araújo*

## Eu Sou Os 4 Elementos

A natureza é complexa e é inquestionável a ligação que sinto aos quatro elementos que a constituem. A forma como influenciam a minha vida surge de forma tão simples e natural, que chego a ficar ansiosa por não saber como explicar a sua importância.

O elemento Terra está associado às sensações. Sensações essas que me conectam aos cinco sentidos e me fazem aceitar e admitir realidades, poderes e contaminações, sejam elas positivas ou negativas. Este é um elemento que me transmite estabilidade e

segurança.



A Água está relacionada a sentimentos e emoções, e talvez por isso, é um dos elementos que me faz sentir mais. Tal como o curso de água é incontável, também os nossos sentimentos são difíceis de controlar ou travar. Ao ver uma cascata a paz e tranquilidade invadem o meu ser. São as ondas do mar que me relaxam e a chuva quem me liberta da dor.

O elemento Ar tanto pode ser calmo e formar apenas uma brisa, como intenso formando um furacão. Associo-o por isso à mente. Associo à tomada de

decisões. Sinto que faz todo o sentido a expressão “arejar a cabeça”. Digo-o porque sempre que preciso de tomar decisões e fazer escolhas que tento adiar, o meu aliado é o ar. Sento-me no jardim de minha casa e fecho os olhos. Espero que os elementos tenham o efeito que sempre tiveram, o efeito de me esclarecer. Associo o ar a mentalidades mais limpas e puras, de aceitação. Associo-o a mim que gosto de aceitar e harmonizar.



## Radarm do Protagonismo Juvenil

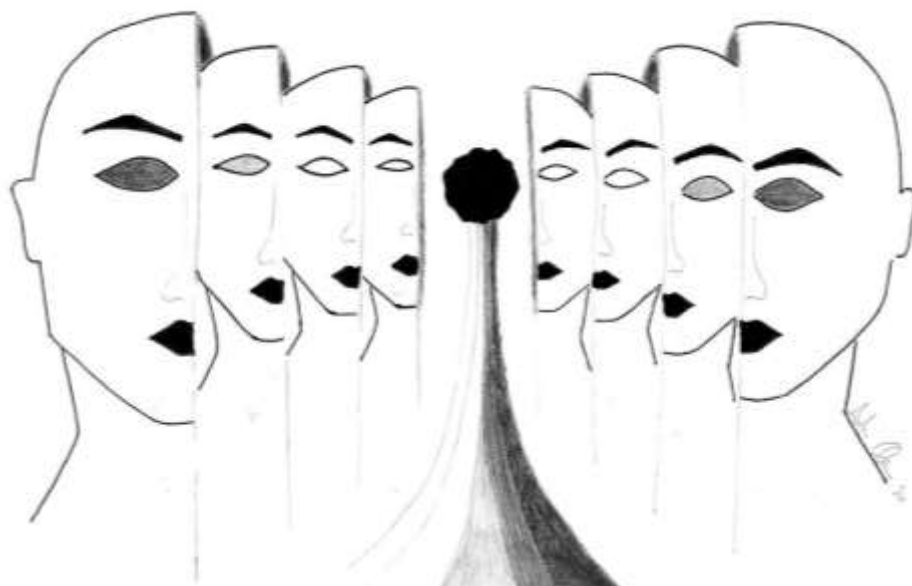
Por fim, acredito que o elemento fogo está relacionado com as personalidades fortes. Com a fé, a chama do amor e com a intensidade da paixão pela vida. Associao à energia, motivação e coragem. Digo que também sou fogo porque tenho paixão à vida e aos meus compromissos, porque luto pelos meus ideais, e claro, pela minha fé, porque tenho vontade de lutar. Sentir a ligação e conexão com elementos é-me essencial, porque é quando me deixo levar pelos quatro elementos que a magia acontece. É quando sinto a pureza e a simplicidade de ser eu própria. Sou dos quatro elementos e sou os quatro elementos. **Foi quando me fundi com eles que encontrei a minha plenitude.**

*Rosa Correia*

## Inteligência Intuitiva

A intuição é algo que todos temos e que nos permite chegar a uma conclusão sobre um dado assunto. Como? Ninguém sabe. Estranhamente, quando tiramos uma conclusão com base na nossa intuição, não conseguimos identificar o raciocínio por detrás da mesma. Da mesma forma que a inteligência racional é a capacidade que temos de estabelecer e escutar o nosso raciocínio, a inteligência intuitiva é a capacidade que cada um de nós tem de ouvir a sua própria intuição.

Devo confessar que, sendo uma pessoa muito racional, sempre tive problemas em ouvir a minha intuição, em agir sem perguntar porquê. Muitas vezes a ignorei porque simplesmente não fazia sentido para mim ter pensamentos sem antes ter pensado neles ou ter pensamentos sem justificação.



No entanto, após esta semana, sinto que isso mudou. Quando estávamos na Lagoa do Fogo, refletimos sobre a nossa espiritualidade. Como tenho uma base muito

assente na lógica, era natural que eu não acreditasse que “a minha espiritualidade” existisse sequer. Contudo não foi isso que senti. Quando dei por mim, já estava a dizer que acreditava numa força superior da natureza que nos põe no sítio certo no momento certo. Para terminar, acrescentei que sentia a força superior da Natureza em todos os meus grupos. Como é que eu cheguei a essa conclusão? Não sei, só sei que era o que eu sentia.



## Radare do Protagonismo Juvenil

A partir daquele momento, percebi que a intuição não era um monstro que me queria atrainar ou algo do gênero. Era apenas a minha versão mais honesta, que diz o que quer, que sente o que quer, sem sentir a necessidade de colocar uma máscara. Decidi, então, começar a ouvi-la com mais atenção, porque, afinal, ela fez-me perceber o que realmente importa: **eu sinto a força superior da natureza em todos os meus grupos.**

*André Lima*



## Criatividade

Criatividade é um poder que requer que o indivíduo esteja predisposto a ser um observador de toda a natureza que o envolve.



Alguém que é criativo é alguém que constrói um mundo paralelo ao do seu olhar e que partilha com os que o rodeiam. Este poder mora naqueles que absorvem tudo aquilo que sentem, desde o ódio ao amor.

Mas a criatividade só pode ser aplicada, e só se torna real, quando é partilhada com os outros. Porque uma pintura só é bela se for partilhada e uma história só é valiosa porque é contada, da mesma maneira que a música só é harmoniosa se for ouvida.

Um artista usa a sua criatividade para tocar o próximo, e por isso, é um reflexo da sua comunidade. A minha comunidade envolve a natureza, não só a flora que tenho o privilégio de ver, mas também todas as pessoas que

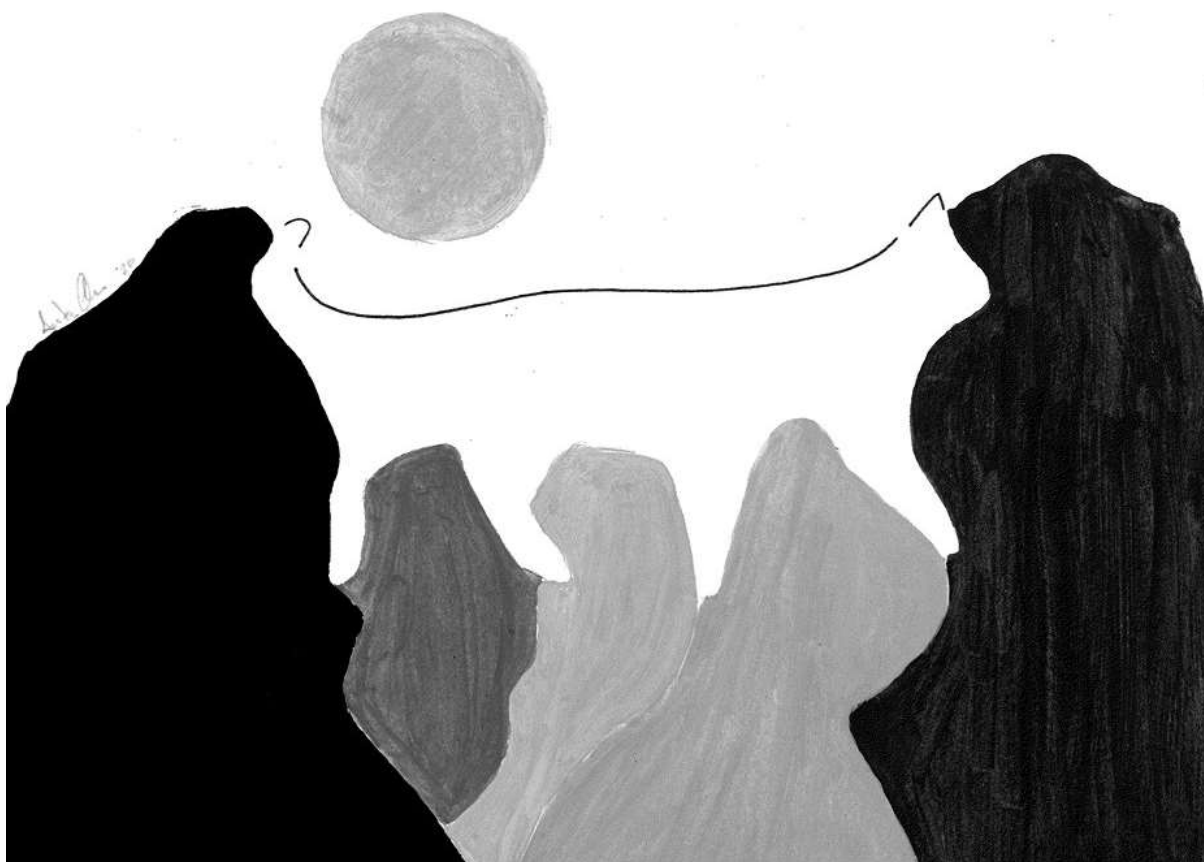
habitam nela, e por isso, **fundo-me com os quatro elementos e busco na natureza a minha fonte de inspiração.**

*Catarina Alves*

## A Viagem

Depois de atracar o nosso barco, e de finalmente poder dizer que estamos em casa, começa todo um novo processo: o de dar a conhecer ao mundo a nossa aventura.

Uma das características de uma grande viagem é a quantidade de novos conhecimentos e técnicas que aprendemos. Devemos primeiro perceber que não podemos ser egoístas.



O primeiro passo baseia-se na partilha com os outros das competências que outrora adquirimos. E porquê? Porque é que essa partilha é tão importante?

Tudo se resume em dar oportunidade aos outros de terem o privilégio de aprender o que em tempos fomos nós a conhecer. É a vontade de querer deixar o mundo um sítio melhor que nos faz querer ensinar os outros. De as conseguir ajudar e fazê-los evoluir,



## Radare do Protagonismo Juvenil

deixando o mundo um sítio com mais cultura, com mentes abertas e com diferentes formas de ver as coisas.

Vejo a aprendizagem como uma forma de sermos livres e felizes e o ensinar é o questionar, partilhar e criar.

Nunca devemos guardar só para nós as nossas aprendizagens, quer sejam pessoas próximas ou passageiras, **porque as grandes viagens só acontecem quando são partilhadas.**

*João Sampaio*